

ATA N.º 02/2022

Aos vinte dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e dois, pelas 20 e 00 minutos, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Cacém e de São Marcos, no Centro Carlos Paredes, em São Marcos, sob a Presidência de Vítor Manuel Fernandes de Matos do Rego Mendes e secretariada pelos Vogais Sra. Ana Paula Pinhanços Guedes e Sr. Miguel Mariquitos Rito. -----

Feita a chamada, registaram-se a presença dos seguintes Vogais: -----

Do Partido Socialista – Os senhores Vogais: Sílvio de Almeida Paiva, Alberto Capela de Almeida, Carla Salomé Coelho Pinto em substituição do Sr. Vogal Filipe José Teixeira Carreiro, António Manuel Reis de Almeida e Filipa Dias Mendes. -----

Do Partido Social Democrata – Os senhores Vogais: António Fernando Vilela Pereira, Domingos Manuel Costa Massena, Nuno José Carlos e Susana Isabel Nunes Dinis. -----

Da Coligação Unitária Democrática – Os senhores Vogais: Fernando Carlos Cerqueira Pinto e Rui Freire em substituição da Sra. Vogal Anabela de Oliveira Vogado. -----

Do Chega – Os senhores vogais: Luís Miguel Nunes Carreira e Cristina Maria Ribeiro de Oliveira. -----

Do Centro Social Democrático – Os senhores Vogais: Bruno Miguel de Sousa Gonçalves e Manuela Valério em substituição da Sra. Vogal Síbila Rute Vicente Geraldo Pereira. -----

Do Bloco de Esquerda – A senhora Vogal Sandrine Gomes da Silva. -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia dá início à sessão coma seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO 1 – Apreciar e votar a ata da Assembleia de Freguesia n.º 1/2023; -----

PONTO 2 – Autorizar, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o Protocolo de colaboração entre a União das Freguesias do Cacém e São Marcos e a Fundação JMJ relativo a cedência de espaços; -----

PONTO 3 – Apreciar e votar, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art. 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2022; -----

PONTO 4 – Apreciar, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação; -----

PONTO 5 – Autorizar, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o Contrato Interadministrativo de colaboração entre a União das Freguesias do Cacém e São Marcos e a Câmara Municipal de Sintra relativo ao “Serviço de atendimento e de acompanhamento social integrado;

PONTO 6 – Autorizar, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o aditamento ao Auto de Transferência de Recursos n.º 96/2020, celebrado entre o Município de Sintra e a União das Freguesias do Cacém e São Marcos no âmbito da Competência da Gestão e Manutenção de Espaços Verdes; -----

PONTO 7 - Aprovar, nos termos do disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a 2ª Revisão Orçamental de 2023; -----

PONTO 8 - Apreciar, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 2 do art.º 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro a Informação escrita do Presidente da Junta referente ao primeiro trimestre de 2023; -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia: “Ora boa noite a todos. Bem-vindos a mais uma sessão da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias do Cacém e São Marcos, agradecer a vossa presença. Queria cumprimentar o senhor Presidente e na sua pessoa o restante Executivo, os Vogais das várias bancadas aqui presentes, excelentíssimo público aqui presente e o

público que nos assiste virtualmente lá em casa. Iriamos começar como é normal por a intervenção do público. Daria de imediato a palavra ao senhor Rodolfo José Caseiro em representação dos Bombeiros Voluntários de Agualva-Cacém e que vem pronunciar-se sobre a situação da Associação Humanitária dos Bombeiros de Agualva-Cacém. Senhor Rodolfo tem a palavra.” -----

Rodolfo Caseiro, Representante da Associação Humanitária de Bombeiros de Agualva-Cacém – “Já está vermelho. Uma saudação a todos os senhores Vogais. Dizer-vos o seguinte, exercer funções autárquicas é uma atividade nobre e por isso também deve ser exercida com nobreza. O poder autárquico foi uma das melhores conquistas do 25 de abril, estamos a comemorar 49 anos do 25 de abril e 47 anos da Constituição da República do 25 de abril. Constituição da República é um instrumento indispensável e determinante de gestão do País apesar de nas suas sete revisões ter sido mutilada de direitos políticos, sociais, económicos, mas ela continua a ser um instrumento que aponta orientações, aponta também soluções para os problemas do País e todos nós sabemos os problemas gravíssimos que o País atravessa como consequência tem consequências negativas também nas populações aqui representadas e naturalmente também na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Cacém e São Marcos. Já agora, São Marcos não está lá mas é o que estende São Marcos. Estes problemas não são resolvidos precisamente por não ser cumprida a Constituição da República... Isto é claro, para quem compreende o que foi o 25 de abril! Senhores autarcas à luz da democracia representativa os senhores estão aqui a representar aqueles com quem se comprometeram a defender os seus interesses, os seus direitos sociais, quando concorreram às eleições autárquicas. E também quero-vos dizer senhores autarcas, os senhores não estão em condições de cumprir os vossos compromissos com a população descorando a entidade que presta múltiplas funções no âmbito dos serviços públicos prestados à população, no plano de socorros, na protecção civil, no combate a incêndios florestais e urbanos como é a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Agualva-Cacém. Nós temos plena

consciência que há problemas na Associação Humanitária dos Bombeiros que não dependem do poder, que dependem, do poder central, mas também sabemos que a indiferença do poder local dificulta a solução para esses problemas. Hoje o problema mais grave da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Agualva-Cacém prende-se com a questão financeira, pode condicionar a sua atividade. Aqui a respectivas Juntas de Freguesia no cumprimento das suas atribuições têm um papel importante no apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Agualva-Cacém no âmbito das suas responsabilidades autárquicas em termos geográficos, os sucessivos Governos habituaram-se a driblar os problemas em vez de encontrar soluções. É de lamentar que o bom senso político que resta no País reside apenas nalguns políticos, aqueles que sempre levaram e levam os Bombeiros a sério e com muita seriedade, e esses já apresentaram na Assembleia da República um conjunto de propostas para responder aos graves problemas que os Bombeiros atravessam. Exemplo, que o Governo proceda à revisão do protocolo entre a Associação Humanitária dos Bombeiros, o Inem, e a NEP, de modo a contemplar valores que cubram os custos efetivos dos serviços prestados, os valores dos equipamentos de proteção individual, higienização de materiais e veículos. Outro exemplo, aumentarem a dotação referente à Lei de funcionamento da Associação dos Bombeiros Voluntários para 50.000.000,00€ (cinquenta milhões de euros), em vez dos 29.000.000,00€ (vinte e nove) do Governo. Mais um outro exemplo, e estas coisas no nosso ponto de vista devem ser conhecidas pelos habitantes do Cacém, da Agualva e de São Marcos, um outro exemplo, acesso ao gasóleo verde de sua livre designação gasóleo de emergência. Outro exemplo ainda, apoiar com 70.000.000,00€ (setenta milhões de euros) as obras de manutenção e requalificação em quarteis e disponibilizarem mais 30.000.000,00€ (trinta milhões) para a retirada e substituição do fibrocimento dos quarteis de bombeiros e apoiarem a revisão e manutenção das auto-escadas adquiridas há vinte anos fazendo esse investimento em três anos como bem reivindicamos no imediato mas

damos prazo para cumprimento. Estão isentos do pagamento de portagens sendo consideradas para todos os efeitos ambulâncias de tipo A. Ainda outro exemplo, assegurarem o direito à prestação social para a inclusão às pessoas com incapacidade ou deficiência que resulte de acidente ocorrido no âmbito das funções relacionadas com missões de proteção e socorro, independentemente da idade e do grau de incapacidade. Ora bem, todas estas propostas foram apresentadas na Assembleia da República, foram todas chumbadas, por quem? Pelo PS, pelo PSD, pelo Chega e pelo IL. Senhores autarcas, os bombeiros para exercer a sua função precisam de ter um comando próprio pois são o único agente da proteção civil que não o tem, precisam de um Regime Especial para relações de trabalho que não tem, precisam do reconhecimento de funções de bombeiro como atividade de risco que não tem, precisam do reforço de valores por seguro de acidentes pessoais e de trabalho e não têm. Precisam do direito à reforma dos profissionais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários em condições equivalentes às dos sapadores e não têm. Precisam de um estatuto social do bombeiro que reforce o apoio e um incentivo ao voluntariado dos bombeiros e não têm, e há dificuldades no voluntariado. Senhores autarcas, isto são factos e os factos não deixam de existir por serem ignorados. Depois, é importante não confundirmos factos com interpretação dos factos... Factos são acontecimentos, são visíveis, são observados e observáveis, e interpretação dos factos são juízos pessoais que se se fazem sobre os factos, e os Bombeiros Voluntários da Agualva-Cacém esperam que os senhores autarcas façam juízos pessoais de justiça para com os bombeiros, até porque os bombeiros como todos neste País também têm os seus mecanismos para poderem informar as populações de quem é que está com os bombeiros e quem mostra indiferença para com os bombeiros. Obrigado.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado senhor Rodolfo Caseiro. Senhor Presidente tem a palavra.” -----

Paulo Adrego, Presidente da Junta de Freguesia – “Obrigado senhor Presidente. Permita-me na sua pessoa cumprimentar a Mesa, cumprimentar todas as bancadas,

o público aqui presente, se me permite também a quem nos assiste lá em casa. Senhor Presidente, já agora se me permite uma saudação especial para o senhor Presidente dos Bombeiros da direção de Agualva-Cacém, a senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral e os órgãos sociais também, cumprimentar, fazer essa saudação especial. Senhor Presidente, em relação a esta intervenção que acabou aqui de ser feita, eu penso que existem mais intervenções relacionadas com os Bombeiros, eu gostaria de responder mas se me permite então responderia depois no final, penso que não foi bem dirigido a este Executivo e há aqui uma deturpação qualquer mas de qualquer das formas eu iria só falar no final, está bem? Muito obrigado.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Junta de Freguesia – “Muito obrigado senhor Presidente. Daria então a palavra ao senhor Luís Miguel Baptista, em representação da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Agualva-Cacém. Nota de esclarecimento sobre a vida da instituição no domínio da proteção e socorro à população. Tem a palavra senhor Luís.” -----

Luís Manuel Batista, Presidente da direção da AHBVAC – “Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, senhor Presidente do Executivo...” -----
(Inaudível por motivos de microfone desligado) -----

Luís Manuel Batista, Presidente da direção da AHBVAC – “De asfixia financeira que a esmagadora maioria das Associações de Bombeiros do País atravessam, entre as quais a de Agualva-Cacém por força da exiguidade de apoios que recebem, nomeadamente do poder central. Não nos queremos alongar mas importará aqui referir para o completo esclarecimento dos presentes, em nome da ética e da transparência, os Bombeiros de Agualva-Cacém são no âmbito do sistema nacional de proteção e socorro das organizações mais complexas em termos de recursos envolvidos e serviços prestados. Por consequência, vemo-nos configurados numa estrutura pesada de vários e avultados encargos, não esquecendo que temos especificidades muito próprias que nos distinguem por exemplo e não precisamos de ir muito longe das nossas congéneres do Concelho

de Sintra, exatamente para que as senhoras e os senhores Vogais desta Assembleia tenham perfeito conhecimento da realidade dos Bombeiros que servem dedicada e competentemente os cidadãos da cidade de Agualva-Cacém, entregaremos no final da nossa intervenção ao senhor Presidente da Assembleia o Relatório de Contas da AHBVAC referente ao ano de 2022 aprovado recentemente pela Assembleia Geral de sócios. Não obstante de termos uma instituição de direito privado com órgãos e regime jurídico próprios e tutelas bem definidas que não passam pela alçada do poder autárquico, aqui estamos desassombradamente pela responsabilidade que nos cabe para afirmar a todas as vossas excelências que Cacém e São Marcos e toda a nossa cidade podem confiar na Associação e no corpo de bombeiros de Agualva-Cacém. Em momento algum, a prestação do socorro aos nossos semelhantes foi colocada em causa apesar das dificuldades existentes e do sistema que integramos a nível nacional apresentar debilidades cujo as funções nos transcendem porque estão dependentes de profundas reformas legislativas. Alias, gostaríamos de informar que a partir do mês de maio em regime de experiência piloto, é uma nota que aqui deixamos, Agualva-Cacém contará no período noturno com uma reserva de ambulância com pessoal alocado e compensado pela própria Associação como ambulância de reserva, dizia, com pessoal alocado e compensado pela Associação. Será um investimento na ordem dos 4.000,00€ (quatro mil euros) por mês à nossa inteira responsabilidade, isto é, sem qualquer apoio de terceiros, no contexto operacional reforçado pela existência de duas modernas ambulâncias adquiridas no passado recente e pela dotação de pessoal habilitado a um curso de tripulante de ambulância de socorro certificados pelo INEM e que igualmente, por opção da direção, decorre de investimento associativo. Orgulhamo-nos dirigentes e bombeiros da missão que asseguramos e do respeito que temos por parte da população e das entidades que nos tutelam e vem cooperado com a nossa Associação e o seu corpo de bombeiros, designadamente a Direção Nacional de Bombeiros e o Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil da Grande Lisboa, com quem recentemente estivemos

reunidos para a abordagem de vários assuntos da nossa vida interna, a nosso pedido, e que mais uma vez reconheceram a credibilidade da nossa organização e a sua capacidade de intervenção. É portanto uma palavra acima de tudo de tranquilidade se nos oferece trazer e deixar nesta sede a base dos nossos princípios e valores de inspiração humanitária que nos regem e dos quais não abdicamos, temos o Cacém e São Marcos em boa conta assim como os seus órgãos autárquicos. Agradecemos por isso e porque a segurança da população deverá ser um desígnio colectivo assumido com respeito e isenção a colaboração de todas as vossas excelências permitindo-nos destacar a propósito por imperatriz do risco, a necessidade de se ver localizado estrategicamente em Agualva-Cacém, o veículo escada será adquirido pela Câmara Municipal de Sintra para auxílio de todos os corpos de bombeiros do Concelho. Senhor Presidente, senhoras e senhores Vogais, é importante que todos e sem exceção saibamos ser solução e não problema. Reflitamos seria, serena e desinteressadamente do quanto os bombeiros precisam de todos e todos precisam dos bombeiros. Obrigado.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado senhor Presidente. Obrigado senhor Luís Batista pela intervenção. Daria a palavra ao Vogal Fernando Pinto... Não há mais intervenções. São estas duas intervenções. Vogal Fernando Pinto tem a palavra.” -----

Fernando Pinto, Vogal da CDU – “Ora muito boa noite a todos. Fernando Pinto, CDU. Em primeiro lugar cumprimentar o senhor Presidente da Mesa da Assembleia e a respetiva Mesa, caros Vogais aqui do respetivo órgão, senhor Presidente do Executivo e respetivo Executivo, considerem também cumprimentados na sua pessoa, estimado público, caríssimos funcionários, trabalhadores da freguesia, da União das Freguesias Cacém e São Marcos, e a todos aqueles que nos estão a ver seja no local de trabalho, seja em casa e seja em qualquer plataforma uma vez que isto está a ser gravado. Pedi a palavra para três pontos muito sintéticos, em primeiro lugar humildemente a CDU presta o reconhecimento e a homenagem a todos os bombeiros de Portugal, às associações de bombeiros existentes no

Concelho de Sintra e em particular à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Agualva-Cacém acompanhando na integridade toda a intervenção realizada pelo senhor Rodolfo Caseiro. Em segundo, também agradecer o reconhecimento da direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Agualva-Cacém, para conhecimento que por parte da CDU na última Assembleia apresentou a Moção e digo aqui também de imediato que irá apresentar hoje novamente para ver discutida. Em terceiro lugar, não queríamos deixar de prestar em última homenagem a todos os bombeiros pelo trabalho prestado, todo o apoio, e podem contar com a CDU naquilo que precisarem desde que isso corresponda também à defesa dos interesses da população no que diz respeito ao socorro e no que diz respeito às emergências e à proteção civil. Muito obrigado e boa noite.” –

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado vogal Fernando Pinto. Senhor Presidente tem a palavra.” -----

Paulo Adrego, Presidente da Junta de Freguesia – “Obrigado senhor Presidente, e uma vez mais cumprimentar quem só agora nos assiste lá em casa. Em relação a essa situação, eu lamento muito honestamente, lamento, que em todas as intervenções não houve uma palavra à Junta de Freguesia o apoio que tem dado ao longo destes anos à Associação Humanitária dos Bombeiros de Agualva-Cacém. Eu lamento muito isso. Foi referenciado aqui forças políticas e os Executivos nos últimos 10 anos o esforço que tem feito para estar sempre ao lado, e não houve uma palavra, isto aqui é um registo, que eu registo, fico triste por isso porque da nossa parte tem havido. E ver aqui algumas intervenções parece que estão a dar aqui lições de bom relacionamento entre as instituições, Paulo Adrego como Presidente da União das Freguesias do Cacém e São Marcos não aceita porque isso não corresponde minimamente à realidade. Nós temos estado sempre na linha da frente no apoio aos nossos bombeiros. O que se passou aqui na última Assembleia foi um requerimento apresentado por uma bancada onde foi aprovado por maioria, portanto temos de respeitar as democracias. Portanto é só isto que eu tenho para dizer, lamento imenso de facto acima das pessoas estão as

instituições, lamento imenso a forma como foi aqui falado. Para quem não acompanha este tipo de assuntos fica aqui no ar que o Executivo da União das Freguesias, este Executivo e os anteriores Executivos pelos menos eu posso responder há 10 anos a esta parte que tem estado sempre na linha da frente para no apoio aos nossos bombeiros, e se a justiça seja feita a direção dos bombeiros de Agualva-Cacém deve ser o primeiro a reconhecer que de facto temos sido os parceiros na linha da frente e estamos sempre a apoiar os nossos bombeiros naquilo que nos é possível. Portanto, muito honestamente peço imensa desculpa mas aquilo que passou aqui hoje, há divergências entre partidos, bancadas partidárias, tudo bem, agora dizer aquilo que foi aqui dito como quase um puxão de orelhas, muito honestamente senhor Presidente, não presto este tipo de serviço. Muito obrigado.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado senhor Presidente. Infelizmente poderia-se ter inscrito e o nosso tempo terminou, como é óbvio. As regras assim mandam e nós temos que cumpri-las, como é óbvio, nós temos que as cumprir. É ingrato, podemos não concordar, mas regras cumprimos-las. Não poderia abrir uma exceção senão não seria a regra. Muito obrigado. Passemos então à nossa antes do dia, a ordem antes do dia, ia só dar aqui duas indicações. Estão nos vossos lugares materiais entregues pela CPCJ Sintra Oriental que visam assinalar este mês de abril como o mês da prevenção dos maus tratos na infância e na juventude. Durante este mês, e como tem vindo a ser habito ao longo dos anos ocorrem várias iniciativas sobre o tema nas diversas entidades, incluindo na nossa Junta, iniciativas essas que eventualmente o senhor Presidente depois poderá elencar na informação escrita, se assim o entender, como é obvio. Mas creio que faz todo o jus portanto esta União de Freguesias solidariza-se com esta iniciativa do mês de prevenção dos maus tratos na infância e na juventude. Sendo isto, queria-vos informar a renúncia do Vogal Rui Silva do Chega, quem tomará o seu lugar é a Cristina Oliveira, como já é habitual. Muito obrigado pela presença, e assim toma posse neste lugar, como é óbvio. É seu, por direito, como

é óbvio. Queria informar também as substituições da bancada do PS, a Carla Salomé vem substituir o Filipe Carreio. Substituição na bancada do CDS, Manuela Valério, está um bocadinho atrasada, creio eu... Vai substituir a Vogal Sibila Pereira. Sim senhora. Passamos, temos duas moções, vamos dar a palavra aos promotores destas moções. Moção... Eu não disse? Eu peço desculpa Rui. Peço imensa desculpa, tenho escrito mas não li. Peço desculpa Rui, está bem? Também tenho a informação a dar que na bancada da CDU está o Rui Freire, Vogal Rui Freire em substituição da Vogal Anabela Vogado. Lamento Rui, está corrigido. Muito obrigado. Passando agora então às moções. Moção n.º 1 apresentada pela bancada da CDU “49 aniversário do 25 de Abril”. Tem a palavra o Vogal Rui Freire.” -----

Rui Freire, Vogal da CDU – “Vou começar por dar as boas noites e cumprimentar o Presidente da Mesa da Assembleia e na sua pessoa a restante mesa, o Presidente do Executivo e restante Executivo, caros Vogais de todas as bancadas, público aqui presente e em casa, e trabalhadores da Junta que nos ajudam nesta Assembleia que seja realizada com as melhores condições. Moção “Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder democrático.” Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspectos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação. Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País. E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam. Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores

resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas. Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal. Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória colectiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado. Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de ruptura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava. Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo. Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas. Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a acção do passado fascista assentavam. Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República. Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização

por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros. Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam. O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam. Os eleitos da CDU, propõem que a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Cacém e São Marcos reunida a 20 de Abril de 2023, delibera: 1. Saudar o 49.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam; 2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 49 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local; 3. Defender o Poder Local Democrático, a reposição das freguesias extintas, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta; 4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatatórios; 5. Exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas dirigida às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas do concelho, que contribua para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de facto de emancipação, democracia e liberdade. Cacém e São Marcos, 20 de abril de dois mil e vinte e três. Pelos eleitos da Coligação Democrática e Unitária na Assembleia de Freguesia da União das Freguesias do Cacém e São Marcos. Disse.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado Vogal Rui Freire. Vogal Luís Carreira da bancada do Chega tem a palavra. Sim mas pode... Pode ser, poder ser. Se é sobre a moção... É sobre a moção, certo? Não é sobre a moção? Então no final das moções, está bem? Se não é sobre a moção... Ok. Intervenções? Vogal António Vilela tem a palavra, da bancada do PSD.” -----

António Vilela, Vogal do PSD – “Obrigado senhor Presidente. António Vilela, bancada do PSD. Permita-me que saúde, na sua pessoa, todos os participantes nesta Assembleia. Relativamente a esta moção, que eu gostaria de intitular moção salada russa, porque pega-se aqui num evento que é mais ou menos consensual para todos que aqui estão, que é a saudação ao 25 de abril, para ser a maionese que liga aqui uma quantidade de reivindicações que são já reivindicações tradicionais de quem apresenta esta moção. Não me parece que seja a melhor maneira de saudar o 25 de abril. A reboque do 25 de abril tenta-se aqui passar um conjunto de ideias que não são consensuais e isso faz com que eventualmente se comprometa aqui uma coisa que é para todos nós muito importante, que é a saudação à revolução de abril. E portanto, relativamente à votação desta moção, nós gostávamos de apresentar um requerimento no sentido de ela vir a ser votada ponto a ponto, sob pena de se isso não for assim nós termos que uma posição que não gostaríamos de ter. Disse.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado Vogal António Vilela. O requerimento está colocado, pode ser votada ponto a ponto... Esta Assembleia concorda que seja votada ponto a ponto? Num todo? Alguém se opõe que seja votada ponto a ponto? Ninguém se opõe? Mais intervenções sobre esta moção? Não havendo vamos passar então à votação... Mais uma intervenção, senhor Vogal Sílvio Paiva da bancada do PS, tem a palavra.” -----

Sílvio Paiva, Vogal do PS – “Boa noite. Sílvio Paiva, bancada do PS. Saúdo a Mesa da Assembleia na pessoa do senhor Presidente, saúdo o Executivo na pessoa do senhor Presidente, saúdo todas as bancadas, o público presente e o que nos acompanha virtualmente, saúdo os funcionários presentes da União das Freguesias

do Cacém e São Marcos que tornam possível a realização desta Assembleia. O Partido Socialista vai votar contra esta moção, com a exceção que é votada ponto a ponto o ponto número 3. Uma moção sobre o 25 de abril mereceria desta bancada todo o apoio e voto favorável. O Partido Socialista que este ano comemora os seus cinquenta anos, a dezanove do quatro de mil novecentos e setenta e três, tem demonstrado ao longo deste meio século sem censura e garante a democracia, bem como, assim como este Executivo que todos os anos tem assinalado esta data com diversas atividades com e para a população, e este ano um bom exemplo. Já tivemos palestras nas escolas, vamos ter um espectáculo no António Silva no Cacém dia 24 à noite, vamos ter no dia 25 das 10h às 13h pelas ruas da Freguesia distribuição de cravos. A CDU de forma dissimulada introduziu nesta moção assuntos já debatidos democraticamente nesta Assembleia. A bancada do PS, Sílvia Paiva. Disse.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado Vogal Sílvia Paiva. Não havendo mais intervenções vamos então passar à votação desta moção por pontos. Eu vou ler ponto por ponto para não haver dúvidas. Portanto, Moção comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático, apresentada pela bancada da CDU. Ponto n.º 1, saudar o 49.º aniversário de 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam. Quem vota contra? Ponto 1. Quem vota contra? Quem se abstém? A favor? Aprovado por unanimidade ponto n.º 1. Ponto n.º 2, reafirmar o espírito de serviço público, que, há 49 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Ponto n.º 3, defender o Poder Local Democrática, a reposição das freguesias extintas, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta. Quem vota contra? Obrigado. Quem se abstém? Quem vota a favor? Obrigado, eu no final direi ponto por ponto, está bem? O ponto n.º 4, exigir a criação das regiões administrativas sem mais

delongas e processos dilatatórios. Quem vota contra? Quem se abstém? A favor? Obrigado. Ponto n.º 5, exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas dirigida às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas do concelho, que contribua para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade. Quem vota contra? Quem se abstém? Bancada do Chega, peço desculpa, eu não consigo... Obrigado. Quem vota a favor? Então vamos tentar ser aqui um bocadinho... Ora ponto 1 e ponto 2 aprovados por unanimidade, 19 votos. Ponto 3... Eu vou repetir. Ponto 1 e ponto 2 aprovados por unanimidade por todos os elementos presentes na Assembleia, 19 votos. Ponto n.º 3 foi reprovado com os votos contra da bancada do PS, 3 elementos da bancada do PSD, bancada do Chega e bancada do CDS, tendo os votos a favor da bancada da CDU e do Bloco de Esquerda. Ponto n.º 4... O que perfaz, portanto no ponto n.º 3 só estavam 18 Vogais presentes na votação. Ponto n.º 4 foi reprovado com 8 votos contra da bancada do PS, 3 votos contra da bancada do PSD, portanto a bancada do Chega e a bancada do CDS votaram contra, votaram a favor a bancada da CDU e a bancada do Bloco de Esquerda. Ponto n.º 5, aprovado com as abstenções da bancada do Chega e do CDS, as restantes bancadas votaram favoravelmente sendo que a bancada do PSD teve só 3 elementos a votar. Creio que esteja correto, se houver alguma incorrecção por favor digam, eu penso que foi o que se verificou. Muito obrigado. Fechamos este ponto, vamos passar à Moção n.º 2 apresentada pela bancada da CDU "Situação financeira da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Agualva-Cacém". Tem a palavra o Vogal Fernando Pinto." -----
Fernando Pinto, Vogal da CDU – "Fernando Pinto, CDU. Como foi dito há pouco, voltámos a apresentar aqui esta moção que foi apresentada na última Assembleia e que foi suspensa por uma requerimento enteposto pelas restantes forças aqui representadas, mas antes de começar a ler a moção dizer-vos aqui duas coisas. Primeiro, eu julgo que o Relatório de Contas 2022 que a direcção da Associação

Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Agualva-Cacém entregou ou vai entregar de certeza está lá a constar o apoio que esta Junta de Freguesia deu à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Agualva-Cacém, de certeza absoluta, portanto aí já é prova de que houve apoio. Segundo e ainda mais reforçado, esta Freguesia na pessoa do senhor Presidente teve um louvor por parte da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Agualva-Cacém, e portanto dizer aqui que não há um reconhecimento não compreendo, mas quem o declarou e afirmou terá as suas razões para sentir-se filho de boa gente, eventualmente, não é? Mas este louvor acho que, de alguma forma demonstra o apoio que a Junta deu e o reconhecimento da parte da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Agualva-Cacém... Isto, o nome é comprido para dizer o nome completo. Portanto, é sempre incompreensível... Bom, moção. Situação financeira da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Agualva-Cacém. A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Agualva Cacém (AHBVAC), tal como outras, presta relevantes serviços de socorro, emergência e proteção das populações, incluindo na área da saúde e noutras atividades de relevo para as comunidades locais. São serviços e atividades essenciais para a vida social local e que assumem uma clara natureza de serviço público imprescindível, em direitos constitucionais que deviam ser assegurados pelo Estado. Pela sua longa história e dimensão das suas estruturas operativas, a AHBVAC constitui uma das grandes associações de bombeiros do Município de Sintra, da região de Lisboa e do país. Por efeito do crónico subfinanciamento público central, que não cobre minimamente os custos operacionais e de infra-estruturas das centenas de associações humanitárias dos bombeiros voluntários, dos custos da pandemia e dos aumentos de preços da energia e dos combustíveis, a AHBVAC atravessa uma situação financeira muito grave, expressa nas enormes dificuldades para conseguir pagar salários nos últimos meses, assim como dificuldades na manutenção das suas estruturas operacionais, em particular, instalações e de funcionamento. Os deputados do PCP na Assembleia da

República, no âmbito do debate e aprovação do orçamento de estado, têm apresentado propostas de reforço e de aumento significativo do apoio financeiro, que se tivessem sido aprovadas, responderiam a muitas das dificuldades e problemas múltiplos que enfrentam as associações humanitárias de bombeiros voluntários do país. Para os eleitos da CDU, a grave situação financeira que atravessam muitas AHBV e em particular a AHBVAC, exige a tomada de medidas de reforço e de aumento de apoios financeiros públicos centrais regulares e permanentes. Defendemos um urgente, robusto e sustentado investimento público central na manutenção e reforço das suas estruturas operacionais, em particular, do conjunto dos bombeiros profissionais e voluntários das associações humanitárias de bombeiros, a sua valorização salarial, de carreira profissional e da equiparação do seu estatuto aos dos sapadores bombeiros e de outras forças públicas equiparadas. Assim, considerando a necessidade premente de o Governo e o Estado Português assumirem as devidas responsabilidades financeiras de funcionamento e a centralidade que o conjunto das AHBV têm na proteção civil do território nacional e do socorro às populações, os eleitos da CDU, propõem que a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Cacém e São Marcos reunida a 09 de março de 2023 delibere ser imprescindível e imperativo: a) Que face às funções sociais e públicas insubstituíveis que desempenha a AHBVAC, sejam adotadas pelo Governo medidas excecionais de apoio financeiro urgente que garantam a plena capacidade operacional e de funcionamento desta associação humanitária, de interesse vital para a vida social local, assegurando a sua justa valorização, em particular, do seu corpo ativo profissional e do conjunto dos seus recursos humanos; b) Assegurar o devido financiamento público central que supere de forma sustentada a grave situação financeira e operacional que vive a AHBVAC e outras associações, permitindo a continuidade e melhoria da prestação dos serviços públicos essenciais que prestam às populações, no plano da proteção, socorro e apoios à saúde de utentes; c) Que tendo em conta o exemplo que representa a situação vivida na AHBVAC, é uma emergência e um imperativo

constitucional que o Governo se empenhe de modo decisivo, em todos os planos, para assumir a valorização necessária, imprescindível e viável do conjunto das associações humanitárias de bombeiros do país e lhes reconhecer o papel central e insubstituível que desempenham na proteção civil e de socorro das populações e de todo o território nacional. d) Publicar esta Moção nos lugares de estilo da freguesia, nas vitrinas colocadas na freguesia, no sítio da internet da freguesia e nas redes sociais em uso, assim como, remeter aos órgãos de comunicação social regionais, respeitando o disposto nos n.º1 e 2 do artigo 56º do Regime Jurídico das Autarquias Locais. e) Enviar a presente Moção à Assembleia Municipal de Sintra e ao Executivo da Câmara Municipal de Sintra, ao executivo da União das Freguesias do Cacém e de São Marcos, à Mesa da Assembleia da República e bancadas parlamentares com assento, ao Senhor Primeiro Ministro, ao Ministro da Administração Interna ao senhor presidente da República Portuguesa. Cacém e São Marcos, 20 de abril de dois mil e vinte e três. Ora na última Assembleia, sessão, foi apresentado um requerimento para suspender esta sessão, a solicitar, a colocar questões à Associação e a outras entidades. Estas questões foram colocadas, foram respondidas da forma que entenderem, não se justifica o adiamento da votação desta moção nos termos em que ela se faz. Disse.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Muito obrigado Vogal Fernando Pinto. Vogal Nuno Carlos da bancada do PSD tem a palavra. Só um bocadinho, no final.” -----

Nuno Carlos, Vogal do PSD – “Nuno Carlos, bancada do PSD. Boa noite excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia, na sua pessoa cumprimento os restantes Vogais desta Assembleia, boa noite excelentíssimo senhor Presidente do Executivo, na sua pessoa cumprimento os restantes membros do Executivo, boa noite excelentíssimo público aqui presente e o público em casa que nos assiste na sessão online. Também quero cumprimentar os trabalhadores da nossa União de Freguesias aqui presentes e os que não estão presentes que já estiveram a trabalhar durante o dia também merecem um cumprimento desta

Assembleia. Relativamente a esta moção que foi aqui apresentada, na última Assembleia conforme foi dito aqui no texto e pelo Vogal Fernando Pinto, foi apresentado um requerimento a esta Assembleia que eu vou passar a ler. E o requerimento diz que seja de imediato, o primeiro ponto da deliberação era que seja de imediato solicitado às autoridades competentes, Câmara Municipal de Sintra e Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil uma auditoria às contas da Associação e uma inspeção à organização e atividades desenvolvidas pelo quartel dos Bombeiros. Dois, solicitar às mencionadas entidades que diligenciem com urgência que a situação exige e que seja dado conhecimento a esta Assembleia das conclusões das ações inspetivas que forem realizadas. Três, que seja suspensa a discussão e votação da moção apresentada até que sejam conhecidos os resultados das diligências ora requeridas. Os eleitos do Partido Social Democrata e do Centro Social Democrático. Portanto, relativamente a esta moção que voltou novamente a esta Assembleia a CDU está a desrespeitar uma deliberação que foi tomada nesta Assembleia porque nem a Câmara nem a ANEPC entregou a esta Assembleia qualquer documento a não ser o que foi entregue agora em mão pelo comandante da corporação de bombeiros ou da direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários. Primeiro ponto. Segundo ponto, eu acabei de entrar no *site* da Associação e por isso é que saiu este documento na última Assembleia, e as últimas contas que lá estão apresentadas para conhecimento das pessoas são de 2019, falta de 2020 e 2021, portanto este requerimento quando foi feito, foi feito com algum cabimento. Senhor Presidente peço-lhe que diga ao público presente para não estar a dizer que sou maluco porque entretanto...” -----

(Inaudível) -----

Nuno Carlos, Vogal do PSD – “O que acontece neste preciso momento, a CDU acabou de desrespeitar um requerimento que fala e é explícito quando diz que esta moção não é votada até termos os documentos que foram solicitados a duas entidades. Portanto até lá, nós, bancada da CDU, não vamos entregar outro

requerimento, não vale a pena, o que temos a informar é que esta moção irá ser chumbada por nós, portanto iremos votar contra esta moção. Tenho dito.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado Vogal Nuno Carlos. Eu pedia efetivamente ao público que não se manifestasse de alguma forma dentro das regras que nos são impostas numa Assembleia, e muito obrigado pela vossa atenção. O Vogal Sílvio Paiva da bancada do PS tem a palavra.” -----

Sílvio Paiva, Vogal do PS – “Sílvio Paiva, PS. Boa noite. A bancada do Partido Socialista vai votar contra esta moção em virtude de ter havido um requerimento em nove do três de dois mil e vinte e três e este ter sido aprovado, a CDU apresentou exatamente esta moção na última Assembleia de Freguesia. E se dúvidas houvesse, esqueceram-se de alterar o parágrafo 8 onde menciona 9 de março, data da última Assembleia de Freguesia. Esta Assembleia já deliberou sobre este assunto, como tal, vamos aguardar o resultado dessa deliberação. A bancada do PS. Disse.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado Vogal Sílvio Paiva. O Vogal Fernando Pinto tem a palavra.” -----

Fernando Pinto, Vogal da CDU – “Fernando Pinto, CDU. Oh senhor Presidente da Mesa, a CDU considera que não respeitou. A CDU considera que o requerimento foi feito, as entidades a quem foi dirigido teve o tempo que o Código do Procedimento Administrativo lhes dá para responder, passaram trinta dias, se não respondeu é porque não quis ou não tinha interesse em responder, considerado uma resposta nos termos legais, logo há as condições todas para a gente votar. Se o PSD e o PS e outras forças que na última moção votaram a favor do requerimento, se não estão a favor de votar favoravelmente, como já fizeram aqui não é? Se não pretenderem votar, esses sim estão a desrespeitar a Lei e os termos legais. Portanto, está justificado, mais que justificado e a moção tem toda a legitimidade para ser aqui discutida e votada. Disse.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado Vogal Fernando Pinto. Não havendo mais intervenções sobre a moção eu ia pedir só à

bancada da CDU que efetivasse então a alteração da moção apresentada, porque esta moção... Certo. Portanto, foi apresentada a 9 de março, a data continua a ser 9 de março. Mas reconhece efetivamente o erro que está nesta moção apresentada ao dia de hoje, 20 de abril, certo? 20 de abril, ok? Portanto vai-se votar e para que todas as bancadas estejam conscientes, portanto a bancada da CDU volta a apresentar a moção apresentada dia 9 de março, volta a apresentar dia 20 de abril, portanto o texto vai ter de ser corrigido e é isso que vamos votar, está bem? Força Vogal Fernando Pinto.” -----

Fernando Pinto, Vogal da CDU – “Fernando Pinto, CDU. A moção hoje apresentada é datada de 20 de abril de 2023, quer seja no considerando onde diz que é a deliberação é consignada 20 de abril de 2023, quer seja no final onde diz Cacém e São Marcos 20 de abril de 2023. É data de hoje, ponto final.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado pelo esclarecimento Vogal Fernando Pinto. Vamos passar à votação. Quem vota contra? Obrigado. Quem se abstém? Quem vota a favor? Obrigado. Moção reprovada, com os votos contra das bancadas do PS, PSD, Chega e CDS, e os votos a favor da bancada da CDU e Bloco de Esquerda. Iria passar a palavra à Vogal, terminando este tema, iria passar a palavra à Vogal Cristina Oliveira da bancada do Chega. Tem a palavra, pode, pode. Força.” -----

Cristina Oliveira, Vogal do Chega – “Muito boa noite. Cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia e o seu Executivo, a Mesa, os senhores Vogais de todas as bancadas, os senhores fregueses que se encontram nesta sala ou a assistir via internet. Vou proferir uma intervenção política sobre o 25 de abril de acordo portanto com o possível. No dia 25 de Abril decorreram 49 anos da data da Revolução dos Cravos. Esta data é um dia de celebração e reflexão para todos nós, Portugal vivia sob uma ditadura que oprimia a liberdade e os direitos fundamentais do povo português, mas foi neste dia que a Revolução dos Cravos aconteceu trazendo consigo a esperança de um futuro melhor para todos. Esse momento marcante da história de Portugal trouxe inegáveis modificações à nossa

sociedade, nomeadamente quanto à implementação da democracia representativa, liberdade de imprensa e liberdade de expressão. Após todos estes anos de regime democrático importa perceber se as conquistas de Abril se traduziram numa melhoria significativa para o Povo português. O processo de descolonização de 1975, foi e continua a ser uma ferida aberta na sociedade portuguesa, porque os combatentes do ultramar, os retornados, e os portugueses nativos das províncias ultramarinas ainda sofrem com a falta de reconhecimento do seu esforço na defesa dos territórios de Portugal e quase todos se sentem defraudados, enganados, esquecidos. O Partido Chega não esquece nenhum! É um facto que a censura presente no antigo regime, com a revolução, no seu plano mais formal, foi, e bem, erradicada. No entanto, assistimos hoje em Portugal a um controle da liberdade de expressão, seja nas Leis feitas à medida para condicionar a mesma, seja pelas “pressões partidárias” feitas sobre as redações da imprensa, seja ainda através das entidades financiadas pelo Estado Socialista para estipular o que se pode ou não dizer, escrever, propagandear. O que é feito da verdadeira democracia caracterizada pela liberdade de expressão pela transparência e pela igualdade de oportunidades? Infelizmente Em Portugal muitas vezes isso não acontece o sistema político português é dominado por um pequeno grupo de elites que tem o poder de tomar decisões importantes sem levar em conta a opinião e respeito pelo povo. E temos a corrupção ou índice da perceção da corrupção, Portugal aparece em 33º lugar no *ranking* mundial, sendo que a corrupção não era tolerada nem se conhecem episódios antes do regime democrático. Poderemos estimar que infelizmente, por via dos sucessivos escândalos com que diariamente somos confrontados, com este desgoverno socialista, possamos ainda baixar mais no índice de perceção da corrupção. Além disso a corrupção é um problema grave que afeta todos os níveis do governo português os políticos muitas vezes usam sua posição para enriquecerem a si próprios e aos seus amigos em vez de trabalharem para o bem comum. Assistimos todos a uma total revolta e desmotivação, sendo notórias e visíveis as dificuldades do País para manter os sectores pilares da

nossa sociedade a funcionar. Na educação, saúde, defesa nacional e segurança pública, as carências são cada vez maiores. A falta de condições nestes setores, a falta de meios, a falta de profissionais motivados, levam a que as pessoas enfrentem dificuldades em aceder aos serviços básicos. Enquanto outros tem acesso a esses serviços de forma fácil e rápida, isso leva a uma sociedade dividida onde alguns têm muito e muitos têm pouco. As reformas, os 30 dias para o subsídio de férias e o salário mínimo nacional são de facto, conquistas de Abril. Mas o poder de compra dos portugueses é cada vez menor e têm aumentado o número de pobres no nosso País, sem que se vislumbre qualquer alteração do paradigma ou expectativas de os nossos jovens conseguirem subir no elevador social. Vivemos hoje um fenómeno muitíssimo preocupante quanto à habitação que também tem uma das suas causas a vinda descontrolada de migrantes económicos que colocam imensa pressão no mercado de arrendamento para as famílias portuguesas. O 25 de Abril foi determinante enquanto revolução e para a implantação da democracia, mas a liberdade só foi definitiva e totalmente conquistada no dia 25 de Novembro de 1975, data essa que o Partido Chega celebra. Talvez os militares daquela manhã tenham conseguido libertar-se a si próprios, mas não conseguiram libertar Portugal inteiro, e por e por essa razão hoje olhamos para trás e lembramos com gratidão aqueles que lutaram pela nossa liberdade e pelos nossos direitos mas também olhamos para o futuro com esperança e determinação. É importante que em memória dos que nos procederam continuaremos a lutar pelos valores democráticos pela justiça social pela igualdade de oportunidades. O concelho de Sintra assim como todo o país foi impactado por essa mudança radical na sociedade portuguesa, Sintra também lutou pela sua liberdade e pelos seus direitos. Por fim queremos deixar uma palavra de agradecimento aos munícipes do nosso Concelho que contribuem diretamente e diariamente para a construção de uma sociedade mais justa igualitária, juntos podemos construir um futuro melhor para todos. Os eleitos da bancada do Chega, Luís Carreira e Cristina Oliveira. Muito obrigada.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Muito obrigado Vogal Cristina Oliveira pela sua intervenção. Senhor Presidente tem a palavra.” -----

Paulo Adrego, Presidente da Junta de Freguesia – “Muito obrigado senhor Presidente. Eu tinha pedido a palavra antes destas divergências entre as bancadas porque eu queria só, há uma intervenção que foi feita pelo senhor Vogal Fernando Pinto que frisou que efetivamente houve o reconhecimento, uma medalha, à União de Freguesias o ano passado pelos Bombeiros, é verdade. De facto a memória é muito curta, quando nós assumimos a União das Freguesias do Cacém e São Marcos a primeira coisa que foi feita foi os fregueses de São Marcos iam para a piscina de Colares, a primeira medida que nós fizemos de apoio aos Bombeiros Voluntários de Agualva-Cacém foi nós acabarmos com as idas para Colares e passarmos a ajudar uma instituição da nossa cidade. Isso nunca foi dito, nunca foi reconhecido. Portanto, aquilo que eu disse ainda há pouco é uma verdade, eu senti muito honestamente enquanto autarca quase há 10 anos nesta União de Freguesias e temos feito tudo por tudo para ajudar os nossos Bombeiros. E logo no primeiro ano do nosso mandato que já anteriormente tinha sido proposto por outras bancadas e que nós tínhamos, juntamente com a CDU, tínhamos a maioria nesta Assembleia, foi uma sugestão por outra bancada que nós anuímos em conjunto, portanto todas as bancadas tiveram esse mérito de nós fazermos esse tipo de aprovação, portanto, por isso é que eu queria fazer esta chamada de atenção, de facto foi logo uma das grandes medidas de quando foi criada a União das Freguesias, inclusive até para os nossos fregueses daqui de São Marcos fomos diversas vezes confrontados a dizer que tinham perdido a qualidade da piscina porque a piscina de Colares, e quem não queria ir para a piscina ia passear, e nós fizemos um *forcing* muito grande. Portanto senhor Presidente infelizmente não estão cá as pessoas mas está a ser gravado e quem quiser depois que ande um bocadinho para trás que vai ouvir as palavras que eu acabei de proferir, é de facto foi logo uma das grandes medidas. Portanto, eu mantenho aquilo que disse, de facto muitas das vezes não há o devido reconhecimento. Muito obrigado.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado senhor Presidente para terminar assim, muito obrigado. Terminamos assim o nosso período antes da ordem do dia. Vamos passar à nossa ordem de trabalhos. Começamos com o nosso ponto n.º 1, apreciar e votar a ata da Assembleia de Freguesia n.º 01/2023. A ata foi partilhada com todos vós, creio que até à ata não foram recebidas indicações, portanto vamos passar à votação. Vogal... Mas é uma gralha? É português? Rui Freire? Ok, vai ficar apontado. Só para referir, página 16, Rui Freire, Vogal do Chega passar Vogal da CDU. Falha grave, sim senhora, vai ficar retificada e o que vamos efetivamente votar é a correção desta gralha. Vamos passar então à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Ata aprovada por a maioria dos presentes. Passando ao ponto n.º 2, autorizar nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o Protocolo de colaboração entre a União das Freguesias do Cacém e São Marcos e a Fundação Jornadas Mundiais da Juventude relativo a cedência de espaços. Eu não sei se o senhor Presidente... Tem a palavra.” -----

Paulo Adrego, Presidente da Junta de Freguesia – “Obrigado senhor Presidente. Em relação a este Protocolo, senhor Presidente, foi-nos enviado pela fundação das Jornadas Mundiais da Juventude que se realiza este ano em Lisboa, em Agosto, o envio deste Protocolo no sentido de nós estarmos em condições de poder, caso venha a ser necessário porque também nas reuniões tidas com os nossos serviços é uma premissa na eventualidade de ser necessário pela dimensão dos jovens que vão chegar ao nosso País, nomeadamente à Área Metropolitana de Lisboa que de facto possam eventualmente usufruir dos espaços que as Juntas e as próprias Câmaras através das escolas, dos refeitórios, pavilhões, polidesportivos, e que no que diz respeito aqui à nossa União das Freguesias aquilo que para já pela Comissão que está instaurada que foi eventualmente, não garantidamente que vai ser utilizado, é de facto o espaço onde nós aqui estamos, ou seja, esta zona envolvente aqui do Centro Carlos Paredes, bem como alguns polidesportivos na nossa Freguesia, nomeadamente na 3.ª fase do Casal do Cotão, junto à Sociedade

Recreativa e também aqui a parte desportiva aqui no Carlos Paredes. Isto foi o que para já está sinalizado. Sabemos de antemão também que vão utilizar instalações da nossa Freguesia nomeadamente a Consolata. Também nas Juntas aqui ao lado, no caso de Rio de Mouro tenho conhecimento que vão utilizar alguns pavilhões para pernoitar, que não é o nosso caso, mas de facto aquilo que foi solicitado a esta União de Freguesias foi efetivamente aqui a zona envolvente aqui do Carlos Paredes, os nossos balneários nós até temos balneários que até estão a ser em termos de manutenção estão a ser revistos, claro que para a quantidade de pessoas que poderão eventualmente vir a permanecer aqui ou a visitar não temos essa capacidade. Em termos de logística, os nossos serviços já acompanharam e já disponibilizaram e dissemos as nossas capacidades, e é de facto trazer esse Protocolo a esta Assembleia caso venha a ser necessário e a finalidade é precisamente esta, em termos de espaços é isto que está em cima da mesa. Muito obrigado.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado senhor Presidente. Intervenções sobre este ponto? Não havendo intervenções passamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Proposta 47/2023, Protocolo cedência de espaços Fundação MJM e União das Freguesias do Cacém e São Marcos aprovado por unanimidade. Passamos assim ao ponto n.º 3, apreciar e votar nos termos da Lei 75/2013, os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2022. Senhor Presidente tem a palavra.” -----

Paulo Adrego, Presidente da Junta de Freguesia – “Muito obrigado senhor Presidente. Em relação aqui à prestação de contas é dizer que de facto enquanto Presidente da União de Freguesias e como responsável e mentor deste Executivo de facto sentir uma vez mais que o trabalho está espelhado, o nosso trabalho, e o nosso tesoureiro irá fazer uma apresentação síntese daquilo que nós aqui temos no sentido tanto em termos de despesas como de receitas e que muito honestamente com todas as dificuldades que nos deparamos temos feito um trabalho que manifestamente consideramos extremamente muito positivo. Claro que

há sempre coisas a fazer, há sempre coisas a melhorar, estamos aqui de facto para melhorar, aceitamos sugestões, aceitamos contributos nesse sentido, só assim faz sentido nós ouvirmos não só os eleitos como a nossa população, e mais uma vez reforço estamos completamente disponíveis para sentarmos todos, falarmos, reunirmos, ver o que é melhor para a nossa Freguesia. Senhor Presidente se me permite, eu iria pedir que me autorizasse a passar a palavra ao nosso tesoureiro onde vai fazer uma apresentação um pouco mais técnica que qualquer situação que aqui os senhores Vogais desta Assembleia necessitem ainda mais técnica, também saudar porque temos connosco o nosso consultor autárquico e responsável pela elaboração também dessas contas, o Doutor Nuno Rocha, aqui presente, uma vez mais também agradecer a sua presença e a sua disponibilidade para auxiliar este Executivo na apresentação destas contas. E sem mais demoras, se me permite senhor Presidente, ia passar a palavra ao nosso tesoureiro. Muito obrigado." -----

João Cabaço, Vogal/Tesoureiro – “Muito boa noite a todos. Cumprimentar a Mesa na pessoa do senhor Presidente, senhores Vogais, público e funcionários presentes, e colegas do Executivo e o público lá em casa também que nos está a ver. Relativamente a este documento que é muito extenso e que espelha a nossa atividade financeira e orçamental do ano de 2022, dizer que quando em março foi apresentada a primeira revisão orçamental nós já tínhamos, ainda que de força superficial, abordado a execução orçamental de 2022 na medida em que foi nessa altura que concretizámos a incorporação do saldo que tinha transitado desse ano para 2023. Conforme consta do documento e logo na introdução, o resultado da execução orçamental evidência um saldo de 268.000,00€ (duzentos e sessenta e oito mil euros), número redondos se me permitem, incluindo naturalmente o saldo que havia transitado a gerência anterior à data de trinta e um do doze de dois mil e vinte e um, no valor de 326.000,00€ (trezentos e vinte e seis mil euros). Referir também que neste período em referência a execução da receita atingiu 99,37% do que estava previsto e tendo a despesa total executada ascendido a 87,02%. A

análise da desagregação da receita permite constatar que à semelhança dos anos anteriores, as transferências correntes continuam como a principal fonte de financiamento da Freguesia, verificando-se um grau de elevada dependência financeira com um 1.621.000,00€ (um milhão seiscentos e vinte e um mil euros) que equivale a 74,99% da receita total. Neste montante, estão incluídas entre outras as transferências de orçamento de Estado do financiamento das Freguesias e as transferências de competências, e as transferências recebidas por parte da Câmara Municipal no âmbito dos Contratos Interadministrativos e os Protocolos de Delegação de Competências. Do total de receitas arrecadadas, as receitas próprias apresentam um montante de 214.000,00€ (duzentos e catorze mil euros), ou seja, um peso sobre a totalidade da receita arrecadada de 11,111%. Isto também à semelhança do que temos vindo a dizer nos anos anteriores e também à semelhança do que acontece, pelo menos é esta a nossa sensibilidade, à semelhança do que acontece com a maior parte das Freguesias, a nossa capacidade de obter receitas é de facto muito, muito reduzida, e andamos sempre ano após ano à volta dos 10%, 11%. No que respeita a despesa, de referir apenas que o grupo com maior peso são as despesas com pessoal, como também já vem sendo habitual, 915.000,00€ (novecentos e quinze mil euros) e que representa 48,34% do total da despesa paga. Muito obrigado.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado senhor Presidente, obrigado Vogal João Cabaço. Intervenções sobre este ponto? Não havendo intervenções... Vogal Sílvio Paiva da bancada do PS tem a palavra.” -----

Sílvio Paiva, Vogal do PS – “Ora boa noite, Sílvio Paiva, PS. No relatório de Gestão de Prestação de Contas de dois mil e vinte e dois, hoje apresentado nesta Assembleia, a bancada do PS parabeniza este Executivo na pessoa do senhor Presidente, por todo o trabalho efetuado ao longo do último ano e pela apresentação deste relatório com um saldo positivo. A bancada do PS. Disse.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado Vogal Sílvio Paiva. Vogal António Vilela da bancada do PSD tem a palavra.” -----

António Vilela, Vogal do PSD – “António Vilela, bancada do PSD. Como habitualmente, a nossa bancada em termos de aprovação de orçamentos e aprovação de contas, entende que não é correto, a menos que haja alguma questão que consideremos gravosa, não é correto nem votar contra nem votar a favor, porque votar contra seria limitar a atuação do Executivo eleito e mandatado para executar o seu programa, o votar a favor seria causar aqui alguma confusão entre todos, obviamente não são documentos que nós iríamos apresentar se fossemos nós os responsáveis, e por isso a interpretação da abstenção e a razão de ser desta minha intervenção tem a ver com isso, não é nenhuma oposição às contas nem é encontrar ali nada que não nos permitisse votar a favor caso fossemos nós que as apresentássemos, e deixe dizer-vos aqui que as contas são claras e do ponto de vista técnico nada há a apontar daquilo que me foi dado a observar, portanto a nossa abstenção tem a interpretação que sempre teve, e a nossa bancada tem mantido alguma coerência. Uma pequena ou outra nota, se observarmos as contas nós percebemos qual é a realidade orçamental das Juntas de Freguesia, e nomeadamente esta Junta de Freguesia, portanto às vezes há aqui alguma injustiça, eu não tenho mandato para defender ninguém aqui, mas há alguma injustiça quando se vem reivindicar mais apoios, mais, mais, mais, quando não se olha à relativação, se a têm que fazer, face àquilo que são custos disponíveis, e portanto eu acredito que independentemente das diferenças políticas e das diferenças na priorização dos apoios, este Executivo como qualquer outro tenderá fazer o seu melhor no apoio às instituições que considera vitais para a Freguesia, e portanto se mais não faz é porque mais não pode, e isso eu gostava que ficasse até porque gostaria que a questão que foi referida pelo senhor Presidente eu testemunhei, foi no meu mandato enquanto Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Agualva-Cacém que aconteceu ainda com o saudoso Estrela Duarte como Presidente, e eu testemunhei pessoalmente o empenho do Executivo no apoio aos Bombeiros Voluntários de Agualva-Cacém. Portanto esta é uma nota marginal que eu acho que na sequência

da intervenção do senhor Presidente do Executivo achei que devia dar nota, publica nota aqui. Obrigado. Disse.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado Vogal António Vilela, bancada do PSD, muito obrigado pela intervenção. Não havendo mais intervenções vamos passar à votação do Ponto n.º 3. Quem vota contra? Quem se abstém? Obrigado. Quem vota a favor? Portanto, contas aprovadas com os votos a favor da bancada do PS e a bancada do Bloco de Esquerda, com as abstenções da bancada do PSD, Chega, CDU e CDS. Passamos ao Ponto n.º 4, apreciar nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação. Senhor Presidente tem a palavra.” -----

Paulo Adrego, Presidente da Junta de Freguesia – “Muito obrigado senhor Presidente. Senhor Presidente em relação a isto é apreciar, de facto penso que temos feito um esforço bastante significativo para termos sempre esta situação do inventário o mais atualizado e o mais percetível possível, desde já pedir se alguma das bancadas detetar algumas das bancadas que nos tenha eventualmente passado porque o inventário é bastante extenso, nós desde já estamos disponíveis para todo o tipo de correções. Tem havido um esforço muito grande no que diz respeito às amortizações e integrações de todo o inventário da Junta, penso que até mesmo em termos de visualização conseguimos melhorar, eu até na última reunião de Executivo, já agora se me permitem colegas fazer aqui uma inconfidência, que foi caso seja necessário nós imprimirmos em A3 para fazer aqui a respetiva consulta se assim o entenderem, portanto como vêm da nossa parte disponíveis sempre para melhorar e ajudar a clarificar e que não haja dúvidas em relação ao nosso inventário. Muito obrigado senhor Presidente.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado senhor Presidente. Portanto, ponto n.º 4, apreciar, portanto apreciar eu creio que não tem votação portanto foi só apreciar. Eu não sei, não há intervenções sobre o ponto? Vamos passar ao ponto n.º 5. Ponto n.º 5, autorizar, ao abrigo da Lei 75/2013, de

12 de setembro, o Contrato Interadministrativo de colaboração entre a União das Freguesias do Cacém e São Marcos e a Câmara Municipal de Sintra relativo ao serviço de atendimento e de acompanhamento social integrado. Senhor Presidente tem a palavra.” -----

Paulo Adrego, Presidente da Junta de Freguesia – “Muito obrigado senhor Presidente. Senhor Presidente, e aqui pedia um pouco da atenção a toda esta Assembleia e a quem nos assiste lá em casa, eu acho que neste momento estamos a fazer uma viragem neste Concelho. Este Protocolo Interadministrativo vem de facto, mais vale tarde do que nunca, vem de facto repor no nosso Concelho, e não só no nosso Concelho, mas de facto uma injustiça que é um trabalho que muita das vezes é quase invisível em termos nacionais que são as próprias Autarquias a sobrepor-se ao Estado Central, neste caso à Segurança Social. Ou seja, este Protocolo é uma delegação de competências da Segurança Social para as Autarquias, neste caso para a nossa Câmara, por sua vez a nossa Câmara para as Juntas de Freguesia mas não só, não só... E isto aqui vou tentar de uma forma síntese também explicar o que é que está aqui em causa. Ou seja, a Segurança Social não tem capacidade nem meios humanos para dar resposta às populações, e então neste sentido, como as Câmaras e as Juntas de facto estão mais perto das populações fizeram esta descentralização, a meu ver muito bem e continuo a dizer, mais vale tarde do que nunca, mas está-se a dar um passo extremamente importante principalmente no nosso Concelho. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que efetivamente as pessoas que podem ser abrangidas pelo RSI vão passar, a nossa Câmara está a fazer Protocolos com IPSS, as IPSS fazem a recolha de todo o processo das pessoas candidatas a usufruir desse benefício, que depois por sua vez é reencaminhado para a Segurança Social. Onde é que a Junta aqui entra? A Junta de Freguesia aqui entra na situação de fornecer instalações a essas IPSS a um dia ou vários determinados dias nas Juntas de Freguesias, onde as pessoas fazem a sua apresentação e todo o processo é iniciado através das Juntas de Freguesia com técnicos da ação social contratadas pelas IPSS. Este é um ponto

que vai passar a existir. A outra situação tem a ver que, a Câmara no caso concreto da nossa União das Freguesias faz uma comparticipação para nós também ajudarmos a fazer a identificação dos processos sociais que hoje em dia eram feitos pela técnica da Segurança Social mas que já anteriormente as Juntas de Freguesia fazem isto há muito anos mas que todo o ónus é da parte da Junta de Freguesia. O que acontece aqui e aqui esta transferência para o nosso Município, salvo erro, e não quero estar a falhar em números mas são 22.000.000,00€ (vinte e dois milhões de euros) que vem para o nosso Município que por sua vez é atribuído pelas 11 Freguesia e pelas IPSS candidatas a contratar técnicas de RSI, no nosso caso concreto como vocês sabem nós temos já e que ainda há bocado foi dito pelo nosso tesoureiro, nós temos de facto já um encargo muito grande com o pessoal, nós temos duas técnicas da ação social e duas técnicas psicólogas, ou seja, nós já fazemos muito este trabalho, identificamos, fazemos a identificação deste trabalho, mandamos para a Câmara Municipal de Sintra. Aqui vai ser o minimizar já dos custos que as Juntas de Freguesia tem tido, porque todas as Juntas tem tido, com a parte da ação social, só para vocês terem uma ideia e isto foi dito por mim diretamente ao senhor Presidente numa reunião que nós tivemos à cerca de três meses atrás, quando se falava já neste tipo de descentralização, a nossa União de Freguesias tem um custo na parte da ação social, toda ela incluída mais de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), portanto no nosso orçamento inicial de 1.700.000,00€ (um milhão e setecentos mil euros) vejam 250.000,00€ é só para ação social que era suportada única e exclusivamente pela Junta de Freguesia. Neste caso concreto, nós não vamos contratar mais ninguém, nós vamos reajustar as nossas duas técnicas da ação social mais as nossas duas psicólogas, e o que vai passar a existir é que todos os dias durante a semana qualquer pessoa que se dirija à Junta de Freguesia vai haver uma triagem pelos nossos balcões de atendimento onde não há ninguém a não ser atendido ou haver uma triagem a quem recorra à Junta de Freguesia do Cacém e São Marcos e as outras todas também, não é? Mas no nosso caso nós temos já implementado todos os dias uma técnica

está disponível na parte da ação social. Portanto, as nossas psicólogas que é uma vertente não como técnica da ação social mas que também podem fazer estão a ter formação nesse sentido, e aqui uma palavra para as nossas técnicas e para o nosso pessoal que de facto uma vez mais se disponibilizou neste sentido porque sabem da importância, porque cada vez mais nós temos pessoas a recorrer à Junta de Freguesia, são avaliados de segunda a sexta-feira, não há ninguém que os serviços detetem que é uma situação algo urgente que vá ficar “olhe tem de vir na terça-feira porque eu não tenho cá a doutora”... Não! A partir do final deste mês, princípio do próximo mês qualquer pessoa que vá à Junta de Freguesia, obviamente que nem toda a gente pode ter um atendimento urgente. Atendimento mais urgentes a Câmara vai ter disponível técnicos na Câmara onde situações urgentes de tipo que ficaram portanto sem habitação ou um problema mais grave, a Câmara vai ter uma linha de emergência que já tem também mas que neste caso vai ser, ou seja, vai ser como... Perdão. As nossas técnicas a fazer um ofício onde essa pessoa tem logo prioridade ao apresentar-se na Câmara Municipal de Sintra. Portanto eu acho que aqui vai ser, no nosso Concelho foi dado um grande passo. Há muita coisa que já é feita, portanto nós vamos ter na parte da Junta de Freguesia vamos ter aqui um avolumar de situações, é verdade, vamos ter aqui um avolumar de situações mas eu acho que quem ganha com isto é as populações porque uma pessoa vai “ai eu queria falar com uma técnica da Junta”, quem está no balcão também vai ter uma certa formação para tentar fazer ali uma triagem, nem tudo vai ser como se vai ao hospital cor de laranja ou vermelho, obviamente que não, nem temos essa capacidade mas aquilo que eu como responsável pela ação social... Perdão... O que eu sugeri e criei foi o Núcleo da Ação Social, presidido pela nossa Técnica da ação social Maria João Cabete, que é a pessoa mais antiga e a pessoa com mais anos de Junta de Freguesia e que está a ser auxiliada pela Doutora Sandra Castela, pela Doutora Ana Mendes, e pela Doutora Sofia Silvério. Ou seja, elas já me apresentaram, já tenho em cima da secretária a calendarização do mês de abril e do mês de maio, e os nossos funcionários em

termos de atendimento também estão a ter alguma formação nesse sentido. Por outro lado, as nossas técnicas vão ter acesso à plataforma da Segurança Social onde fazem a inclusão dos processos à Segurança Social, claro que depois há sempre uma filtragem pela parte da Segurança Social, mas isto penso eu que vai agilizar muitas situações e minimizar situações no nosso Concelho. Este Protocolo o que é que vai permitir? Vai permitir que como eu disse minimizar os custos da Junta de Freguesia que já os tinha anteriormente e que são à volta de 46.000,00€ (quarenta e seis mil euros) que vamos receber este ano para as duas técnicas da ação social. Eu achei por bem dividirmos isto pelas quatro, no sentido os processos que nós temos abranger mais, portanto neste sentido. E é basicamente senhor Presidente, também vai ser facultado dois portáteis e um valor de 180,00€ (cento e oitenta euros) se não estou em erro, ou 1.800,00€ (mil e oitocentos euros) assim é que é, 1.800,00€ (mil e oitocentos euros) por ano para despesas administrativas. Claro, é um trabalho que já é feito anteriormente pelas Juntas de Freguesia, há Juntas, só para vos dizer que, há juntas que devido à sua população só têm comparticipação da Câmara para um técnico, nós, Agualva e Mira-Sintra, Rio de Mouro, Massamá e Monte-Abrão temos a comparticipação da Câmara para dois técnicos, ok? E Queluz-Belas e Algueirão e Mem-Martins para três técnicos, portanto este Protocolo veio nesse sentido. Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado senhor Presidente. Intervenções sobre este ponto? Vogal António Vilela da bancada do PSD, tem a palavra.” -----

António Vilela, Vogal do PSD – “Obrigado senhor Presidente, António Vilela, bancada do PSD. Ser oposição não é constantemente estar a dizer mal, é conseguir ter e conseguir apresentar propostas para fazer melhor. Aqui nós estamos integralmente de acordo com o processo de descentralização de competências porque não há dúvida para ninguém, seja o atual Executivo, seja outro qualquer Executivo, de que esta proximidade com as populações resulta

sempre num bom serviço, é obvio que os nossos fregueses sem sentirão muito melhor apoiados se tiverem à sua frente quem os conheça e saibam o contexto em que vive, quem saiba as dificuldades que enfrentam no quotidiano. Portanto, este tipo de descentralização é bem vindo para qualquer Executivo que tenha como objetivo o serviço às populações e isto é transversal, e acredito que é transversal a todos nós, e portanto eu posso saudar o que irá ser feito porque vai também ser, independentemente de se aceita o trabalho da Junta que já faz, isso é um problema do Executivo, mas eu acho que isto vai facilitar muito a vida dos nossos cidadãos porque efetivamente podem vir a ter um acompanhamento de maior qualidade, mais próximo, e como disse o senhor Presidente, com melhoria de alguns dos esquemas de atendimento que hoje existem poderem ter um atendimento mais célere e mais consequente, e portanto saudar isto, saber que também o Executivo vai ter um reforço de organização adicional, mas com certeza que estão preparados para isso e com certeza que já fizeram as contas e de certeza que já estudaram o assunto e portanto se aceitam este Protocolo eu penso que de todo estamos em condições de votar isto favoravelmente, indubitavelmente em benefício das populações. Muito obrigado. Disse.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado Vogal António Vilela. Não havendo mais... Temos mais uma intervenção, Vogal Sílvio Paiva, bancada do PS.” -----

Sílvio Paiva, Vogal do PS – “Mais uma vez boa noite. Sílvio Paiva, bancada do PS. Vamos votar favoravelmente pois a bancada do PS vê nestas modificações contratuais o reconhecimento por parte da Câmara Municipal de Sintra do bom serviço executado por todas as Juntas de Freguesia, incluindo a nossa União de Freguesias. O serviço de atendimento é um serviço de proximidade e de acompanhamento social integrado, concretiza os princípios da sociabilidade e da centralização administrativa, e da autonomia do poder local no quadro dando a transferência de competências para as Autarquias Locais. A bancada do PS. Disse.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado Vogal Sílvia Paiva. Vamos então passar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Proposta 45/2023 aprovada por unanimidade, ponto n.º 5. Vamos passar ao ponto n.º 6, autorizar ao abrigo da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o aditamento ao Auto de Transferência de Recursos n.º 96/2020, celebrado entre o Município de Sintra e a União das Freguesias do Cacém e São Marcos no âmbito da Competência da Gestão e Manutenção de Espaços Verdes. Senhor Presidente tem a palavra.” -----

Paulo Adrego, Presidente da Junta de Freguesia – “Obrigado senhor Presidente. Caros Vogais desta Assembleia, isto vem também no seguimento daquilo que tem sido feito e que trouxemos na última Assembleia que de facto nos temos junto da nossa Câmara feito também um alerta no sentido que há uma necessidade de reforçar a transferência de verbas para a manutenção dos espaços verdes, do espaço público, os polidesportivos, os parques infantis, as calçadas, ou seja este Protocolo que é o Protocolo que nos permite como vós sabeis que também daqui nós possamos canalizar algumas verbas para as despesas recorrentes da União de Freguesias, mas este Protocolo dos espaços verdes de facto vem ter um aumento também na ordem dos 20%, como todos os outros. Portanto, a Câmara Municipal de Sintra vai transmitir à DGAL que 20% do valor seja também transferido para as Juntas de Freguesia. Ou seja, isto efetivamente nós temos um concurso, um procedimento que está válido, mas que no próximo ano nós vamos ter que voltar a fazer um concurso internacional para a manutenção dos espaços verdes. Portanto estes 20% de facto vai ter um acréscimo de 163.000,00€ (cento e sessenta e três mil euros) no nosso orçamento, ou seja, daí que a seguir a esta aprovação se assim vossas excelências o entenderem, que eu espero que sim, vamos depois fazer a segunda revisão orçamental no sentido de facto fazer a inclusão desses valores. Estes valores obviamente que nos vai permitir também aqui, não vamos alocar com toda a frontalidade e sinceridade, não vamos alocar os 163.000,00€ (cento e sessenta e três mil euros) aos espaços verdes, não é? Como é lógico... Mas vai-nos permitir de facto alocar uma grande parte para a requalificação do

espaço público, para ajudar nalgumas situações que nós temos Protocolos que temos feito um *forcing* também junto da Câmara com alguns Protocolos que estão mesmo, desculpem-me o termo, mesmo à pele no sentido de que de facto houve uma revisão nos Protocolos, como eu disse anteriormente que no caso das calçadas, no caso dos parques infantis, dos polidesportivos, durante anos não foram mexidos e que só foram mexidos este ano, o que veio desafogar um pouco. Mas nós temos como vocês veem pelas nossas contas, o valor que nós temos com pessoal nós não podemos descurar a situação que nós temos os encargos todos os meses com os nossos funcionários, e aí tem de estar sempre salvaguardado os vencimentos e o que sobra para fazer investimento no espaço público, e nós aqui temos tido algum investimento, muita contenção porque de facto a máquina já é considerável e pesada, como disse o nosso tesoureiro as receitas próprias são diminutas portanto face aquilo que nós temos, aos encargos, são diminutas. Outra situação e já agora se me permitem estamos a falar aqui hoje esta noite estamos a falar por exemplo temos que eventualmente e é um dos desejos deste Executivo brevemente porque é uma coisa complexa as taxas que nós temos no cemitério como vós sabeis que de facto é um serviço que é prestado e de qualidade por esta União de Freguesias mas que de facto é deficitário, ou seja, há um encargo muito grande não só em termos de pessoal como em termos de manutenção, daí que teremos que eventualmente e vamos estudar essa hipótese de nós revermos as taxas não como forma de compensar para fazer face a todas as despesas mas para minimizar. Portanto, este Protocolo que nós trazemos aqui, ou seja, esta modificação deste Protocolo é de facto para recebermos ao encontro dos 20% que a Câmara deu a indicação e que já foi aprovado em Assembleia Municipal por todas as bancadas no sentido de que a DGAL possa fazer a transferência destes 20% também para a União de Freguesias do Cacém e São Marcos de forma a que assim nós podemos continuar a fazer o nosso trabalho. Senhor Presidente é isto e estou disponível para qualquer questão que queiram colocar.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado senhor Presidente. Intervenções? Penso que não há questões, vamos passar à votação. Sílvio? Sílvio Paiva, da bancada do PS. Tem a palavra.” -----

Sílvio Paiva, Vogal do PS – “Sílvio Paiva, PS. A par do Protocolo dos Espaços Verdes é uma mais-valia para a Freguesia e assim obriga a fazer melhor ao bom que se tem feito até aqui, lembrar que nos últimos anos nesta área também foi atingida por aumentos substanciais. A bancada do PS. Disse.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado Vogal Sílvio Paiva. Vamos então passar à votação. Ponto n.º 6, proposta 46/2023, aditamento ao Auto de Transferência de Recursos n.º 96/2020, Gestão e Manutenção de Espaços Verdes. Quem vota contra? Quem se abstém? Ponto aprovado por unanimidade. Muito obrigado. Vamos passar ao ponto n.º 7, aprovar nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a 2ª Revisão Orçamental. Senhor Presidente tem a palavra.” -----

Paulo Adrego, Presidente da Junta de Freguesia – “Obrigado senhor Presidente. Se me permite, agradecer a esta Assembleia as anteriores aprovações e a forma como elas foram votadas por unanimidade que demonstra de facto um sentido muito grande de responsabilidade de todos os eleitos desta União de Freguesias, ao contrário daquilo que foi dito aqui inicialmente, quase que nós estávamos aqui e não sabíamos o que é que andávamos a fazer, mas muito obrigado a todas as bancadas pela forma responsável como efetivamente têm os documentos, qualquer questão, e continuo a dizer, para além da Assembleia de hoje qualquer questão que qualquer bancada queira ver da parte do nosso Executivo nós estamos completamente disponíveis para qualquer tipo de esclarecimento. Dizer que nesta 2.ª revisão orçamental vem no fundo repor aquilo que ainda há bocado eu tinha dito, que é com esta aprovação destes dois Protocolos há uma necessidade de fazer a integração destes valores portanto 163.000,00€ (cento e sessenta e três mil) no que diz respeito aos espaços verdes e 46.000,00€ (quarenta e seis mil) para vencimentos, e aqui eu vou pedir ao nosso tesoureiro que faça mais aqui uma

explanação, mas só para eu não tirar porque ele tem ali muita coisa para falar, para eu não tirar aqui o protagonismo dizer o seguinte, dizer que de facto os 46.000,00€ (quarenta e seis mil) obviamente que nós já tínhamos considerados no que diz respeito a vencimentos que no mapa de pessoal portanto vamos por nesta revisão um valor que nós achamos que devemos meter em vencimentos possivelmente para horas extraordinárias, para outro tipo de situações, não vamos alocar 46 mil a vencimentos porque não faz nenhum sentido em termos contabilísticos visto que já estavam considerados no orçamento e nos vencimentos. Outra situação dos 163.000,00€ (cento e sessenta e três mil euros) é isso que eu vou voltar a referir, então mas isso não está contemplado todo nos espaços verdes? Não, não vai para os espaços verdes, temos aqui algumas situações que o senhor tesoureiro irá enunciar que depois se for necessário eu também complementarei com mais algumas questões no que diz respeito a viaturas e coisas do género. Então se me permite iria passar a palavra ao nosso tesoureiro João Cabaço. Muito obrigado.” -----

João Cabaço, Vogal/Tesoureiro – “Obrigado senhor Presidente. A segunda revisão orçamental é muito simples e o senhor Presidente já praticamente disse tudo aquilo que eu também pensava referir, só adiantar aqui alguns números e esta revisão é simples até porque foi na primeira revisão orçamental que incorporamos o saldo de gerência de 2022 como referi há pouco. Portanto nesta segunda revisão está em causa um montante de 203.000,00€ (duzentos e três mil euros), números redondos, e que resultam exclusivamente do acréscimo de 20% ao auto de transferências de recursos para a gestão e manutenção de espaços verdes que esta Assembleia acabou de aprovar no valor de 163.000,00€ (cento e sessenta e três mil euros) e também o Contrato Interadministrativo acabado de aprovar nesta Assembleia entre a União de Freguesias e Câmara Municipal para o serviço de atendimento e acompanhamento social no valor de 40.635,00€ (quarenta e seiscentos e trinta e cinco euros). Relativamente à distribuição destas verbas do lado da despesa a nossa Proposta passa por inscrever 6.000,00€ (seis mil euros)

em rubricas associadas às despesas com pessoal, 92.000,00€ (noventa e dois mil euros), e se me permitem continuarei a falar aqui de números redondos, na rubrica de conservação, esta sim especificamente, conservação e manutenção de áreas ajardinadas, 15.000,00€ (quinze mil euros) na rubrica conservação e manutenção do espaço público como o senhor Presidente referiu há pouco de facto até aquelas verbas que não alocamos diretamente na conservação das áreas ajardinadas tem algo a ver com o espaço público, 20.000,00€ (vinte mil euros) na rubrica viadutos, arruamentos e obras complementares, e por fim 70.000,00€ (setenta mil euros) na rubrica outros transportes. Portanto é esta a nossa proposta resultante dos pontos anteriores que acabámos de aprovar. Obrigado.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado senhor Presidente. Muito obrigado Vogal João Cabaço, tesoureiro. Vogal Fernando Pinto tem a palavra.” -----

Fernando Pinto, Vogal da CDU – “Fernando Pinto, CDU. Senhor Presidente, a pergunta era esta, eu praticamente sei a resposta mas queria que me confirmasse se assim o é nesta revisão não está prevista o aumento de 1% para os trabalhadores, uma vez que na altura quando o Governo PS Central fez aprovar isto e saiu em Diário da República não tinha sido contemplado porque entretanto o Executivo já tinha aprovado a autorização, portanto mas esta previsto no futuro essa questão. Era só para perguntar se era isto ou não. Disse.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado Vogal Fernando Pinto. Senhor Presidente quer esclarecer a questão? Tem a palavra.” ----

Paulo Adrego, Presidente da Junta de Freguesia – “Muito obrigado senhor Presidente. Respondendo ao Vogal Fernando Pinto efetivamente já na 1.ª revisão nós contemplámos já com os aumentos, portanto na 1.ª revisão nós apresentámos a esta Assembleia na incorporação dos saldos já foi feita essa situação. Dizer que em relação ao mapa de pessoal, portanto o nosso mapa de pessoal vai ter alterações porque entretanto há pessoas que se reformaram, foi já esta semana já não houve oportunidade, bem como nós depois também vamos apresentar-vos em

altura devida o aumento eventualmente, porque ainda hoje mesmo tive uma reunião no SMAS o que se prevê já estamos a começar a trabalhar para dois mil e vinte e quatro na revisão do Protocolo dos monos, ou seja, porque é uma nossa pretensão que ainda hoje saiu uma notícia e é das poucas infelizmente, há tanta coisa que afeta positivamente mas que a população por vezes não reconhece. Mas a descentralização que foi feita dos SMAS e a Câmara para as Juntas de Freguesia no que diz respeito à recolha dos monos foi uma mais-valia, agora o que é certo, e aqui faço também um apelo, é que de facto por mais viaturas, por mais homens que nós tenhamos no espaço público, não vamos conseguir se não houver mais sensibilização e mais fiscalização e hoje foi isto que eu transmiti também no SMAS. Tem que haver mais fiscalização, punir prevaricadores porque de facto os nossos homens têm feito um trabalho incansável e hoje os números apresentados numa reunião tida nos SMAS no primeiro trimestre deste ano já são números que assustam um pouco em termos de recolha de monos. Obrigado senhor Presidente. Penso que respondi, se não foi agora desta vez eu posso depois pedir ao nosso... Não está? Ah não sabia, ok. Mas nós considerámos na 1.ª, foi isto, os primeiros aumentos. Sim, ok. Não está considerado. Então rectifico.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Está esclarecido, eu acho que foi compreensível portanto ainda não está... O aumento ainda não está refletido nestas contas, portanto acho que está esclarecido. Exatamente, está compreendido e esclarecido, e o Vogal abdica da intervenção. Sim senhora. Não havendo mais intervenções vamos passar então à votação do ponto n.º 7, proposta 43/2023, 2ª Revisão Orçamental da União das Freguesias do Cacém e São Marcos. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Muito obrigado. 2ª Revisão Orçamental aprovada com os votos a favor das bancadas do PS, CDU e Bloco de Esquerda, abstenções da bancada do PSD, Chega e CDS. Vamos passar assim ao ponto n.º 8, apreciar nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a informação escrita do Presidente de Junta referente ao 1º Trimestre de 2023. Senhor Presidente tem a palavra.” -----

Paulo Adrego, Presidente da Junta de Freguesia – “Senhor Presidente eu sei que já estamos com um adiantar da hora mas de qualquer das formas há coisas que gostaria de facto de partilhar com esta Assembleia e quem nos assiste lá em casa também para ter algum conhecimento do trabalho que todos estes pelouros da União das Freguesias estão a fazer diariamente de segunda a domingo. Portanto o atendimento e acompanhamento social, atendimento pela 1ª vez tivemos 114 casos, acompanhamentos 347, o que faz um total de 461, isto no que diz respeito ao pelouro da ação social neste primeiro trimestre. Também dizer que o programa POAPMC desenvolvido no âmbito do fundo de auxílio às famílias temos um total de 454 pessoas, este programa tinha final previsto em janeiro de 2023, tendo sido prolongado até ao final deste ano. O micromercado social, como uma resposta de carater pontual e urgente, dizer-vos que neste momento temos 122 pessoas, sendo 102 crianças e 173 adultos devido ao número de agregados que aumentou significativamente. Também a par dos cabazes de alimentos, também estamos a fazer a doação dos kits de higiene pessoal que nós aqui achamos que é extremamente importante porque não é só a alimentação mas também em termos de dar dignidade às pessoas terem uma pasta de dentes, um shampoo, um sabonete, é extremamente importante também neste aspeto nós continuamos a fazer e a adquirir cabazes de kit de higiene pessoal. Foi aprovado durante este trimestre uma verba de 1.000,00€ (mil euros) para aquisição de bens alimentares, ontem mesmo dei indicações aos serviços que durante o mês de maio, mais uma disponibilidade de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros) para adquirirem mais produtos alimentares, só recordar aqui que nós aprovámos na última Assembleia um Protocolo com a Câmara Municipal de Sintra para as situações de emergência onde nós fazemos a aquisição dos produtos, perante a fatura apresentamos na Câmara e 10 dias depois o Gabinete da Ação Social da Câmara de Sintra faz a restituição à Junta de Freguesia, portanto nós estamos a fazer esse tipo de apoios. Dizer que o Regulamento dos apoios sociais já neste primeiro trimestre já perfaz quase 1.000,00€ (mil euros) dados em termos de aquisição de medicação,

óculos, pagamento de ajuda de creches, condomínios, passes, títulos de passes, nós estamos a fazer esse apoio. Vamos também no que diz respeito aos apoios ao associativismo porque vamos durante o mês de maio fazer uma reunião para fazer a atribuição dos apoios às nossas instituições sejam elas de carácter social, cultural e desportivo, portanto é uma das coisas que nós achamos que este ano estamos em condições até ao final do mês de maio de dar a quem se inscreveu, ao abrigo do apoio ao associativismo dar apoio um pouco mais cedo às nossas instituições. Missão Continente, a campanha de natal, presentes à mesa, tivemos um valor que foi dado, foi entregue uma verba de 770,00€ (setecentos e setenta euros) que foi automaticamente convertido para o micromercado para nós adquirirmos cabazes através de cartões para também dar à nossa população. Neste primeiro trimestre de 2023 tivemos os atendimentos psicológicos foram realizados presencialmente mas também à distância através das plataformas digitais o zoom e o teams, beneficiaram destas consultas 27 utentes, destes 10 que recorreram pela primeira vez, e aqui eu queria fazer só aqui um ponto de ordem que é a situação das nossas técnicas psicólogas nada vai interferir com o trabalho que é efetuado já anteriormente, ou seja, aqui e como eu disse efetivamente vamos disponibilizar os nossos administrativos para tarefas que possam libertar um pouco as nossas técnicas desde a preparação de tirar fotocópias, fazer os processos sociais, fazer os processos médicos porque há aqui muitas situações que estamos a falar da parte médica, e vai haver aqui a colaboração e aí estamos sempre em constante evolução os nossos serviços, e isto é verdade, isto tem de ser dito e eu às vezes, eu sei, os próprios funcionários reconhecem isso, que eu às vezes sou um bocadinho exigente, estou sempre a pedir mais, e de facto eles tem correspondido e às vezes tem feito um esforço, porque a polivalência que hoje em dia se quer e a quantidade de serviços que as Juntas de Freguesia tem de facto requer mesmo esta polivalência. Também dizer que em termos de sessões tivemos 12 sessões presenciais, 35 por videoconferência, o que perfaz 47 no seu total. Também dizer nos atendimentos, foram atendidas 318 pessoas num total de 806 atendimentos, ou

seja, já por aqui vocês vêm que de facto 806 atendimentos no 1º trimestre e isto tem tendência para aumentar, não é? Vai ter tendência para aumentar, mas eu continuo a dizer que com esta proximidade com esta situação dos Protocolos nós vamos aqui agilizar muitos mais processos porque há situações que as pessoas vão à Junta, portanto, procuravam a Junta de Freguesia e a Junta de Freguesia encaminhava-as para a Câmara, a Câmara por sua vez teria de encaminhar situações para a Segurança Social, as pessoas não viam uma resposta voltavam outra vez à Junta de Freguesia. Agora não, a Junta reencaminha para as IPSS no caso do RSI, a técnica vai lá, faz o processo e depois manda já o processo todo concluído para a Segurança Social, eu penso que aqui vai haver toda uma agilização deste processo e que vamos conseguir responder e dar melhor resposta às nossas populações. Depois temos também o Programa Municipal, Os Dias da Idade, que tem sido feito pelo nosso pelouro da ação social do senhor Vereador, Eduardo Quinta Nova que muita das vezes acontece duas vezes por mês. Tem criado, é verdade, para os nossos idosos é uma mais-valia e o combate ao isolamento mas tem criado alguns constrangimentos porque os nossos funcionários vão acompanhar, portanto vão sempre duas, três pessoas para acompanhar porque é preciso devido também ao facto de alguns dos nossos utentes a idade vai aumentando e há necessidade de os acompanhar, ir à casa de banho, ajudar a subir para o autocarro, saber se não se perdem quando saem do Olga Cadaval se vão direitos ao seu autocarro, portanto isso também tem requerido da parte da União das Freguesias e dos nossos funcionários um esforço significativo. Para além disso tivemos a atividade Jogar Verde no âmbito do orçamento participativo, o Familiariza-te, Sábados Ativos em Família, que é uma das coisas que também este espaço pode proporcionar e tem vindo a proporcionar, as comemorações do natal tanto com os desfiles das nossas escolas e algumas oficinas aqui também de expressão plástica e máscaras sobre a natureza. As comemorações do dia do pai, a gincana da primavera, o desfile de carnaval infantil, como eu já disse anteriormente, o dia da mulher assinalado com a entrega de flores e aqui este dia

este ano foi uma situação diferente que nós não adquirimos flores mesmo naturais, foi através da... Não, não foi o coração amarelo... Pronto, foi uma IPSS em Agualva de deficientes profundos, dos pais de deficientes profundos fizeram flores e que nós adquirimos. APADP, exatamente. Desculpem lá mas também já é o adiantar da hora. Portanto nós adquirimos e por sua vez fizemos a oferta em diversos pontos da Freguesia, e aqui dizer o seguinte e aqui nós temos tido esta preocupação, nós o que fazemos, tentamos fazer num lado fazemos sempre no outro, ou seja, fazemos Cacém, fazemos em São Marcos, fazemos em São Marcos, fazemos no Cacém, é esta a nossa preocupação é a União de Freguesias e nós temos tido essa preocupação, obviamente que houve uma iniciativa conjunta com o Presidente Carlos Casimiro e fizemos em cima da ponte da Ribeira das Jardas mas andámos no Cacém e em São Marcos e fizemos este tipo de intervenção. Dizer-vos também os tickets recebidos aqui no diz respeito às escolas, e aqui também queria fazer um ligeiro apontamento, é o seguinte, no que diz respeito às escolas os nossos serviços tem feito um trabalho, epa não há palavras, não há palavras, tem sido de facto uns verdadeiros heróis, temos pessoas lá está devido à sua polivalência tão depressa metem um interruptor, como a seguir estão a fazer um balde de massa, como a seguir estão a ver uma situação de um intercomunicador, lâmpadas, estores, são autenticamente faz tudo. O que tem acontecido é que de facto, e isto aqui eu pedi aos serviços já há algum tempo, nós infelizmente não temos a capacidade para dar a resposta como muitas das vezes as escolas, parte-se o vidro que é uma situação muito especial porque nós temos que, a escola deve balizar a área do vidro e nós irmos intervir rapidamente, mas por exemplo situações que, há um acidente qualquer a escola deve balizar, nós balizamos ou nós temos a informação mas nem sempre é possível lá ir ao outro dia e o que tem acontecido é que infelizmente tínhamos um funcionário que estava praticamente 5 dias por semana afeto às escolas e o senhor infelizmente tem um problema de saúde e que há dois meses que está de baixa, entretanto o outro funcionário que também fazia complemento a esta situação por sua vez também já teve duas vezes

dois meses intercalados mas já teve duas semanas de baixa em cada um dos meses, ou seja, obviamente que isto vai atrasar todo o trabalho a Junta não tem condições para contratar um funcionário para ir fazer a substituição daquilo. Portanto isto faz com que os tickets de escolas se tenham amontoado, anteriormente nós tínhamos uma empresa, contratávamos uma empresa que fazia a manutenção, vamos ter que se calhar voltar a esse sistema, quando acabar o valor que é transferido pela Câmara a Junta não tem condições para continuar a fazer manutenções, portanto esgotou o plafom paciência, é isso que eu não gostaria que acontecesse mas se calhar vai ter que acontecer. Mas isto para dizer às escolas que de facto e muita das vezes há um esforço da parte da Junta de Freguesia e posso-vos dizer que ainda hoje despachei 9 fluxómetros. Acho que é isto... 9 fluxómetros para diversas casas de banho e estamos a falar de 500 e tal euros, portanto epa, tudo isto requer *timings* e depois a própria colocação, portanto é só para dar aqui mais esta informação. O programa sénior, Os Mais Ativos, continuamos, continuamos com as escolas de desporto, a capoeira, o yoga, as caminhadas, o atletismo, o hip-hop, o judo, começámos também as caminhadas do Centro de Marcha e Corrida, também a Rota dos Saberes, eu aqui estive presente foi em Arraiolos como foi o primeiro deste ano estive presente com cerca de 100 seniores da nossa Freguesia Cacém e São Marcos. Temos tido agora, o dia da árvore também tivemos uma iniciativa bastante engraçada. Onde é que nós estamos a plantar árvores? Nós estamos a plantar árvores num sitio que nós conseguimos dar a rega porque não tem sido fácil, nós estarmos a plantar em sítios que não há rega não vale a pena, nós estamos a fazer a plantação em alguns sítios onde nós vamos conseguir que a rega chegue lá, ou com pequenas reparações no circuito de rega e fazemos acrescentos de forma a que consigamos regar as árvores, senão não vale a pena como aconteceu na Alameda que temos muitas árvores que morreram ao longo dos anos porque não havia uma rega continua, o sistema de rega da Alameda como vocês sabem já foi aqui dito anteriormente, para pôr um sistema de rega é muito dispendioso e a Junta neste

momento não tem condições, talvez daqui a mais um ano ou dois, com esta descentralização que foi feita dos 20% se calhar já estamos em condições financeiras para poder pensar nesse projeto. A manutenção dos parques caninos, e basicamente... A limpeza urbana também podem ver aí a quantidade daquilo que já foi recolhido neste primeiro trimestre, os parques de fitness ao ar livre temos tido sorte que não são vandalizados ao contrário dos polidesportivos, os polidesportivos constantemente estão a ser vandalizados, é redes, é grades, é fechos das portas, e aqui peço uma vez mais ajudem-nos a cuidar da nossa Freguesia porque efetivamente não é fácil apesar de termos os Vogais a circular diariamente pela Freguesia, não tem sido muito fácil. Mas penso que de uma forma genérica senhor Presidente, e já agora se me permite antes de terminar, saudar o Doutor Nuno Anselmo, Ex-Presidente da Freguesia de São Marcos aqui que nos honra com a sua presença, seja bem-vindo. Obrigado senhor Presidente.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Muito obrigado senhor Presidente. Vogal Fernando Pinto tem a palavra.” -----

Fernando Pinto, Vogal da CDU – “Fernando Pinto, CDU. Em primeiro lugar congratular todas aquelas iniciativas que constam aqui no relatório do 1º trimestre que envolvem a população, a comunidade e todas as forças vivas da Freguesia de uma força direta ou indireta, congratular e está aqui um exemplo que foi feito. Não posso também deixar de registar sabendo que não é responsabilidade do Executivo e da Junta mas isso foi debate na última sessão, há 42 que o assunto do talude da Bela Vista está para intervir, na última sessão o senhor Presidente informou-nos da parte do Município de Sintra informação que tinha até há primeira quinzena de abril iria haver uma intervenção, para aguardarmos até lá. Pronto, a primeira quinzena de abril passou, 42 dias continuamos a contar. Volto a repetir, senhor Presidente e o Executivo não é responsável mas pode dar mais informações se tiver. Segunda questão e como não vou ter outra oportunidade para outra vez pedir a palavra, agradecer as ofertas da parte da CPCJ Sintra Oriental em nome da bancada da CDU, e fazer um apelo a todos, participem no 25 de abril e no 1º de

maio, respeitar a pureza das opiniões de todos os democratas que defendem a democracia emanada do 25 de abril e respetivos princípios. Aproveito aqui o final antes da votação da ata em minuta para fazer um apelo à participação das festas populares do 25 de abril e 1.º de maio. Disse.” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Muito obrigado Vogal Fernando Pinto. Antes de passar a palavra ao senhor Presidente queria só complementar relativamente ali à questão das ofertas que tiveram em cima da mesa, para alertar que continuando e no âmbito da campanha realizada durante este mês de abril de maus tratos na infância e na juventude vai culminar no dia 28 de abril no Largo do Palácio com um laço humano gigante como normalmente ocorre todos os anos todas as pessoas vestidas de azul, portanto vai ocorrer no dia 28 de abril Largo do Palácio da Vila às 14h30, quem puder estar presente é óbvio que é uma hora complicada para quem tem um trabalho, como é óbvio, mas quem puder estar presente foi só para complementar. Muito obrigado. Senhor Presidente tem a palavra.” -----

Paulo Adrego, Presidente da Junta de Freguesia – “Muito obrigado senhor Presidente. Foi uma boa observação do Vogal Fernando Pinto em relação ao talude. Efetivamente temos acompanhado e temos tido essa preocupação de que de facto até mesmo aquilo que foi aqui falado e que foi transmitido dar aqui uma explicação a esta Assembleia. Efetivamente ainda esta semana voltámos a formular todos os contactos e aquilo que nos foi transmitido vale o que vale, é de facto eu até gostaria que me tivessem feito por escrito e solicitei até às cinco horas de hoje que me enviassem um *email* para eu poder estar munido desse *email*, é de facto a empresa que está para fazer a intervenção dizem-me que até ao final deste mês vai-se fazer a intervenção porque o grande problema ali e como foi já referido anteriormente é a acessibilidade para chegar àquele terreno, ou seja, não pode ser máquinas de grande porte senão aquilo pode aluir, não está esquecido, nós temos acompanhado, e já agora também se me permite outra situação e aqui já agora senhor Presidente vou fugir aqui um bocadinho à questão mas respondendo

aqui ao Fernando Pinto nós estamos a acompanhar isso e assim que eu tenha mais informações comprometo-me a trazer e a informar, e não vou estar à espera de uma Assembleia que assim que eu tiver informações posso pedir ao senhor Presidente que informe as bancadas da última situação em relação a esta intervenção e a esta obra que foi falada aqui em Assembleia, portanto assim que tiver eu remeto ao senhor Presidente e o senhor Presidente faz chegar às bancadas. Dizer que de facto e agradecer também na pessoa do Vogal Nuno Carlos que nós temos tido aqui outro problema em São Marcos que tem a ver com o estacionamento novo que a luz elétrica daquele estacionamento, epa, aquilo de duas em duas semanas apaga-se e aquilo está não sei quanto tempo apagado. Aquilo que eu vos posso dizer é que da parte do Executivo nós fazemos logo a comunicação para a e-redes, temos o número da ocorrência mais do que uma vez os serviços, os Vogais, eu inclusive com o senhor já cheguei, e fiz esta semana novamente, com o senhor Vereador da Câmara Municipal de Sintra o Doutor Domingos Quintas, para nos ajudarem a pressionar a e-redes para vir ver o que é que se passa com aquela situação. Está a ser acompanhada pela Junta, a Junta não tem meios como vocês sabem para intervir naquilo mas da nossa parte, e aqui uma palavra de agradecimento ao Nuno Carlos porque o Nuno Carlos como mora ali perto e passa ali frequentemente ele vai-me dizendo “olha hoje continua apagado. “aquilo não está”, e eu vou... Mas quando está ele também me liga a dizer “olha aquilo já está resolvido, vamos ver por quanto tempo”. Outra situação que agora queria só aqui também dar como complemento, tive a oportunidade de falar também com o Nuno Carlos nesse sentido, é que de facto a e-redes está a pensar em cortar os eucaliptos lá em cima por causa dos cabos de alta tensão, portanto vamos ver como é que isto, eu vou fazer um ofício no sentido para ver se eles arranjam uma solução alternativa, não sei como é que aquilo vai ficar mas depois também gostaria de trazer isso aqui à Assembleia que a Assembleia designar-se a ver a melhor solução para aquela situação. Mas assim que eu tiver alguma resposta em relação ao talude eu informo o senhor Presidente. Muito obrigado.” ---

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado senhor Presidente. Não havendo mais intervenções creio que estamos em condições de ler a ata minuta para terminar, certo? Sim. Então vou passar a palavra aqui à Vogal Ana Paula e ela vai fazer o favor de ler aqui a ata para depois passarmos à votação.” -----

Ana Paula Guedes, Vogal Secretária da Assembleia de Freguesia – “Boa noite a todos. Aos vinte de abril do ano de dois mil e vinte e três pelas vinte horas reuniu em sessão ordinária a Assembleia da União de Freguesias do Cacém e São Marcos, no Centro Carlos Paredes, em São Marcos, sob a presidência de Vítor Manuel Fernandes de Matos do Rego Mendes e secretariada pelos Vogais Ana Paula Pinhanços Guedes e Miguel Mariquitos Rito. O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão às oito horas e dez minutos. No período da intervenção do público foi dada a palavra aos cidadãos Rodolfo José Caseiro e posteriormente ao cidadão Luís Miguel Morgado Batista. No período antes da ordem do dia foram apresentadas à Mesa da Assembleia duas moções. Primeira, Moção Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático. Esta foi posta à votação por pontos individualmente como segue, e vou passar a ler: Ponto n.º 1 – Saudar o 49º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas sociais, culturais e políticas que o materializaram. Este foi aprovado por unanimidade por todas as bancadas, com 19 votos. Ponto n.º 2 – Reafirmar o espírito de serviço público que há 49 anos animou aqueles que tomaram nas suas mãos condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no poder local. O ponto n.º 2 foi também aprovado por unanimidade por todas as bancadas, 19 votos. Ponto n.º 3 – Defender o poder local democrático, a reposição das Freguesias extintas, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta. Este ponto foi reprovado com 15 votos contra das bancadas do PS, PSD, Chega e CDS, e com 3 votos a favor das bancadas da CDU e Bloco de Esquerda. Ponto n.º 4 – Exigir a criação das regiões, peço desculpa, administrativas sem mais

delongas e processos dilatatórios. Este ponto foi reprovado com 15 votos contra das bancadas do PS, PSD, Chega e CDS. Ponto n.º 5 – Exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam o programa de... Então foi falha minha, peço desculpa. Ponto n.º 4 com os votos contra das bancadas do PS, PSD, Chega e CDS e os votos a favor da CDU e Bloco de Esquerda. Peço imensa desculpa. Ponto n.º 5 – Exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas dirigidas às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas do concelho, que contribua para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de ato de emancipação, democracia e liberdade. Este ponto foi aprovado com 14 votos pelas bancadas do PS, PSD, CDU e Bloco de Esquerda, tendo também 4 abstenções das bancadas do Chega e do CDS. A segunda moção, Situação financeira da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Agualva-Cacém, apresentada pela CDU, esta foi reprovada com 16 votos contra das bancadas do PS, PSD, Chega e CDS, e 3 votos a favor das bancadas da CDU e Bloco de Esquerda. O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu então início à sessão com a ordem de trabalhos constante da convocatória. Ponto n.º 1, apreciar e votar a ata da Assembleia de Freguesia n.º 1/2023 da ordem de trabalhos, e após discussão foi posta à votação tendo o documento sido aprovado por unanimidade. Ponto n.º 2, autorizar... Maioria dos presentes. Ponto n.º 2, autorizar, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o Protocolo de colaboração entre a União das Freguesias do Cacém e São Marcos e a Fundação JMJ relativo a cedência de espaços da ordem de trabalhos, e após discussão foi posto à votação o documento tendo sido aprovado por maioria dos presentes. Unanimidade. Agora aqui troquei-me. Ponto n.º 3, apreciar e votar, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2022, este documento foi aprovado por maioria com 9 votos a favor das bancadas do PS, e Bloco de Esquerda, e com 10 abstenções das bancadas do PSD,

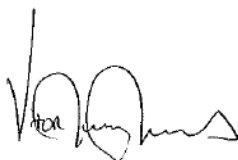
CDU, Chega e 2 votos da bancada do CDS. Ponto n.º 4, apreciar, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, este ponto não foi sujeito a votação. Ponto n.º 5, autorizar, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o Contrato Interadministrativo de Colaboração entre a União das Freguesias do Cacém e São Marcos e a Câmara Municipal de Sintra relativo ao serviço de atendimento e de acompanhamento social integrado da ordem de trabalhos, e após discussão foi posto à votação o documento tendo sido aprovado por unanimidade. No ponto n.º 6, autorizar, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o aditamento ao Auto de Transferência de Recursos n.º 96/2020, celebrado entre o Município de Sintra e a União das Freguesias do Cacém e São Marcos no âmbito da Competência da Gestão e Manutenção de Espaços Verdes da ordem de trabalhos, este foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade. Ponto n.º 7, aprovar nos termos do disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a 2ª Revisão Orçamental de 2023 da ordem de trabalhos, e após discussão foi posto à votação o documento tendo sido aprovado por maioria com 11 votos a favor das bancadas do PS, CDU e Bloco de Esquerda, e com 8 abstenções das bancadas do PSD, Chega e CDS. Ponto n.º 8, apreciar, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a informação escrita do Presidente da Junta referente ao primeiro trimestre de 2023, este não foi sujeito a votação. Para constar lavrou-se a presente ata que irá ser votada e posteriormente assinada.” ---

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Vamos então passar À votação, e anteriormente da votação peço que não desmobilizem porque o senhor Presidente tem uma coisa só, um bocadinho não é? Uma coisinha rápida. Vamos então passar à votação, obrigado Ana Paula. Quem vota contra? Quem se abstém? Ata minuta aprovada por unanimidade. Senhor Presidente tem a palavra.” -----

Paulo Adrego, Presidente da Junta de Freguesia – “Obrigado senhor Presidente. Não era só porque ainda há bocado passou-me completamente, dizer que nós no dia 24, portanto integrado nas comemorações do 25 de abril, vamos ter no auditório António Silva um espetáculo onde vai ter, a abertura é com a companhia AE Dança e depois vai ser um espetáculo musical e teatral que vai decorrer naquele espaço. Eu iria pedir aos Vogais desta Assembleia se quisessem bilhetes por favor para se dirigir aqui aos nossos funcionários onde poderão adquirir já os bilhetes porque assim dávamos os bilhetes de forma a que ficassem os lugares reservados a quem pretende ir a esta iniciativa. Se hoje levarem um ou dois bilhetes e amanhã quiserem mais três ou quatro, é só ligar para os nossos serviços porque nós vamos começar a fazer a divulgação e aquilo como vocês sabem tem um limite de pessoas, portanto era nesse sentido senhor Presidente. Portanto quem quiser já levar os bilhetes pode junto daqui dos nossos serviços adquirir já os bilhetes e depois se pretenderem mais portanto, é no dia 24. Dizer também que no dia 25 vamos ter uma serie de iniciativas para comemarmos o 25 de abril. É só isto, muito obrigado senhor Presidente. Peço desculpa” -----

Vítor Mendes, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado senhor Presidente, fica aqui o apontamento então para todos os Vogais aqui presentes nesta Junta... Nesta Assembleia de Freguesia, peço desculpa. Muito obrigado pela vossa presença, bom descanso, sorte e saúde. Muito obrigado.” -----
Cacém, aos vinte dias do mês de abril de dois mil e vinte e três.

O Presidente da Assembleia de Freguesia da
União de Freguesias do Cacém e de São Marcos



Vítor Manuel Fernandes de Matos do Rego Mendes